



Cid Seixas

# O CONTRATO SOCIAL DA LINGUAGEM

LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA  
Livro IV

<https://issuu.com/ebook.br/docs/linguagem4>

**e-book.br**

EDITORA UNIVERSITÁRIA  
DO LIVRO DIGITAL

A pesquisa de Cid Seixas, empreendida no final dos anos 70 sobre a linguagem, numa perspectiva da cultura e da ideologia, contrariando os estudos imanentes do estruturalismo, antecipou importantes questões hoje em debate.

Entre as manifestações favoráveis ao seu trabalho pioneiro, está a do filólogo Antonio Houaiss, como integrante da banca que avaliou o seu primeiro trabalho acadêmico de porte.

“Quero desde o início deixar patente minha admiração por várias altas qualidades manifestas, dentre as quais realço a sequência nas idéias, a madureza do pensamento, o espectro rico da informação e erudição, o inteligente aproveitamento das fontes e bibliografia, e a elegância da exposição.

Nutro a esperança de que Cid Seixas não abandone a direção de estudos que tomou e a prossiga, aprofundando pontos que parecem merecer indagação mais acurada de sua parte. Afloro, a seguir, alguns com o só fim de espicaçá-lo, mas sem intuits polêmicos ou, muito menos, professorais ou magistrais: será, antes, um diálogo entre pares de angústias e buscas (malgrado – ah! a diferença de nossas idades).”

Antonio Houaiss

# O CONTRATO SOCIAL DA LINGUAGEM

Tipologia: Original Garamond, corpo 12.

Formato: 12 x 19.

Número de páginas: 122.



Endereços deste e-book:

<https://issuu.com/ebook.br/docs/linguagem4>

<https://issuu.com/cidseixas/docs/linguagem4>

<http://www.e-book.uefs.br>

<http://www.linguagens.ufba.br>

Cid Seixas

# O CONTRATO SOCIAL DA LINGUAGEM

LINGUAGEM, CULTURA  
E IDEOLOGIA

Livro IV

**e-book.br**

EDITORA UNIVERSITÁRIA  
DO LIVRO DIGITAL

EDITORA UNIVERSITÁRIA DO LIVRO DIGITAL  
Linguagem, Cultura e Ideologia, Livro IV

CONSELHO EDITORIAL:  
Adriano Eysen  
Cid Seixas  
Itana Nogueira Nunes  
Flávia Aninger Rocha  
Francisco Ferreira de Lima  
Moanna Brito S. Fraga

LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA

- 1 | A natureza ideológica da linguagem
- 2 | A linguagem, origem do conhecimento
- 3 | Sob o signo do estruturalismo
- 4 | O contrato social da linguagem**
- 5 | A linguagem: do idealismo ao marxismo

[cidseixas@yahoo.com.br](mailto:cidseixas@yahoo.com.br)

2016



## SUMÁRIO

Capítulo I	
ROUSSEAU: O PROCESSO	
SIMBÓLICO DA LINGUAGEM .....	9
Linguagens ou semióticas .....	15
A origem das línguas .....	22
Capítulo II	
A NECESSIDADE CRIADORA	
E O CONDOMÍNIO DA LINGUAGEM .....	33
O contrato social e a língua .....	49
Capítulo III	
SEMIÓTICAS PRAGMÁTICAS E ESTÉTICAS:	
DETERMINAÇÃO SOCIAL .....	59
A ideologia da linguagem	
e a criação literária .....	67
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA .....	97
O que é a e-book.br .....	120

Se a língua é um repositório cultural, onde se guardam as conquistas do homem, nos planos objetivo e subjetivo, ela, ao desempenhar o papel de instrumento de comunicação, influencia o ouvinte e participa ativamente da constituição das novas formas da cultura, que são a materialização da sua memória simbólica.



## Rousseau: o Processo Simbólico da Linguagem

O *Ensaio sobre a origem das línguas: onde se fala da melodia e da imitação musical* termina com o capítulo “Relações entre as línguas e o governo” onde se lê a transcrição do seguinte trecho de Duclos, em *Remarques sur la grammaire générale et raisonnée*: “Consistiria matéria para um exame acentuadamente filosófico observar nos fatos e demonstrar pelos exemplos como o caráter, os costumes e os interesses de um povo influenciam sua língua.” (Rousseau, 1759, p. 473) Foi precisamente essa passagem que sugeriu a Rousseau as reflexões contidas no *Ensaio* que, fiel à proposta, analisa exclusivamente as influências exercidas pela cultura sobre a língua, deixando de lado a reciprocidade do processo.

Se a língua é um repositório cultural, onde se guardam as conquistas do homem, nos planos objetivo e subjetivo, ela, ao desempenhar o papel de instrumento de comunicação, influencia o ouvinte e participa ativamente da constituição das novas formas da cultura, que são a materialização da sua memória simbólica. Formada por um *conceito* e por um *sinal* – ou por um *significado* e um *significante* –, a língua não pode ser tomada apenas como uma nomenclatura que se limita a relacionar termos a objetos do conhecimento anteriormente estabelecidos. Toda teoria da linguagem que sublinha o sinal como seu objeto, em detrimento do conceito, parte do pressuposto de que existe um pensamento pré-verbal. Daí a proposição chomskyana da *estrutura profunda* estar comprometida com a crença na existência de um pensamento inato, que o homem traz de berço, como um dom, independentemente, portanto, dos mecanismos fornecidos pela linguagem transmitida de geração a geração, como resultado do acúmulo das experiências coletivas das quais o indivíduo se faz herdeiro.

Se, pelo contrário, atribuirmos à linguagem verbal, e conseqüentemente a todas as línguas, uma dupla função quanto à finalidade social,

não teremos uma simples nomenclatura, mas uma *semiótica* que também é uma *língua*. Cabe a ela, em primeiro lugar, organizar e guardar os materiais do conhecimento, dando-lhes uma forma própria, condicionada pelos processos simbólicos produzidos pela sociedade; e, em segundo lugar, comunicar ideias, conceitos, sentimentos e ações, provenientes desse mundo objetivo, que o homem transforma e incorpora à subjetividade, através do seu próprio idioleto.

O conceito compreende todo sistema e processo de organização e memória do mundo objetivo transformado em conhecimento, enquanto o sinal se refere a todo sistema e processo de comunicação desse conceito. Assim se explica a influência exercida pela linguagem sobre a cultura, uma vez que uma traça os limites e configura os contornos da outra, que lhe devolve os conceitos e sinais, por sua vez modificados e conformados às novas necessidades sociais. A língua funciona como uma espécie de filtro ou de lente, projetando na mente dos falantes uma imagem cultural em permanente mudança, causada pelos diversos e contínuos ciclos do processo. Um momento da língua corresponde a um momento da

cultura, através de uma função de interdependência, que pode ser reconhecida num corte sincrônico.

Feitas essas considerações, vamos nos deter no aspecto tratado como principal pelo *Ensaio*: a influência que os demais elementos da estrutura social exercem sobre a língua, sua origem e seu funcionamento. As reflexões de Rousseau, ao contrário do que ele afirma, constituem uma estimulante contribuição para o estudo do problema, retomando as investigações de Locke, no *Ensaio acerca do entendimento humano*, e de Condillac, no *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos*. Sem isolar o estudo linguístico do estudo dos outros componentes da realidade humana, ele explica a diversidade das línguas e a oposição dos seus caracteres com os mesmos argumentos utilizados para justificar a diversidade das estruturas sociais dos povos. A necessidade é vista como o fundamento do contrato social, pois esse se origina da consciência do homem de que as forças naturais podem provocar a destruição da espécie, quando as forças individuais não são somadas para a consecução dos objetivos comuns.

O parágrafo inicial do *Ensaio*, capítulo I: “Dos vários meios de comunicar nossos pen-

samentos”, contém o programa desenvolvido ao longo dos 20 tópicos da obra:

“A palavra distingue os homens entre os animais; a linguagem, as nações entre si – não se sabe de onde é um homem antes de ter ele falado. O uso e a necessidade levam cada um a aprender a língua de seu país, mas o que faz ser, essa língua, a de seu país e não a de um outro? A fim de explicar tal fato, precisamos reportar-nos a algum motivo que se prenda ao lugar e seja anterior aos próprios costumes, pois, sendo a palavra a primeira instituição social, só a causas naturais deve a sua forma.” (Rousseau, 1759, p. 429)

Mais adiante, no capítulo IX: “Formação das línguas meridionais”, p. 450, lemos o seguinte: “A terra nutre os homens, mas, quando as primeiras necessidades os dispersam, outras necessidades os reúnem e somente então falam e fazem falar de si.”

A proposição inicial peca por não levar em conta a influência dos fatos sociais sobre a língua: preocupado com o problema da origem, Rousseau negligencia as modificações sofridas

ao longo da história, embora em outras passagens do texto admita esse fato. Se a língua se origina das necessidades humanas, tais necessidades ganham nova fisionomia nas diferentes sociedades e nos seus diferentes estágios.

Ao contrário de alguns pensadores que atribuíram a origem da linguagem verbal ao fato de o homem ser dotado de um complexo aparelho fonador, a teoria de Rousseau percebeu que a aptidão fisiológica de articular as palavras interessa menos na formação da linguagem que a necessidade de comunicação. Se o homem não conseguisse produzir sons com a boca, ele procuraria outros meios ou, ainda, se valeria de linguagens não-verbais. De certa forma, Rousseau antecipa na sua obra alguns dos pontos de vista defendidos por Marx, para quem são as contingências históricas e as relações sociais e econômicas que determinam os fatos. As ocorrências verificadas numa língua, ou numa sociedade, não são arbitrárias nem gratuitas, mas estão condicionadas pelas necessidades coletivas. O marxismo parte do pressuposto de que o trabalho do homem é capaz de contribuir para a modificação da própria conformação dos nossos órgãos: foi o trabalho artesanal desenvolvido através das gera-

ções que dotou a mão humana das suas características e habilidades presentes. De igual modo, a experiência demonstra como o uso desenvolve ou atrofia o funcionamento de certos órgãos, tornando o ponto de vista de Rousseau perfeitamente admissível, pois a complexidade do nosso aparelho fonador pode ser um resultado, dentre outras causas, do seu uso constante para tais fins.

## LINGUAGENS OU SEMIÓTICAS

A utilização de recursos comunicativos pelo homem teria surgido no momento em que esse se reconheceu e foi reconhecido pelo outro como alguém que pensa, tem sentimentos e é semelhante a ele próprio. Dessa forma, Rousseau explica a aparição da linguagem, entendida como um sistema de signos destinados à comunicação, não importando sejam eles de natureza acústica, visual ou tátil. A linguagem é para ele um fenômeno abrangente, incluindo não apenas as diversas línguas, caracterizadas pelo uso social da linguagem através de signos verbais, mas também as outras formas comunicativas utilizadas pelos homens em

diversas circunstâncias. A orientação do *Ensaio sobre a origem das línguas* insere-se na perspectiva filosófica classificada como semiológica ou semiótica, compreendendo a língua como um entre os vários sistemas simbólicos possíveis.

Modernamente, a posição de Rousseau, nesse particular, pode ser comparada com a de Ferdinand de Saussure, iniciador dos estudos científicos que constituíram a linguística estrutural, ou com a posição de Louis Hjelmslev, que retomou o pensamento saussuriano. Se, por um lado, Saussure afirma que a linguística está subordinada à semiologia e que as leis descobertas por ela serão, também, leis linguísticas, por outro lado, Hjelmslev afirma que o estudo das línguas não é o único objetivo da *teoria da linguagem*, que se deve ocupar de todas as semióticas.

No item “Lugar da língua nos fatos humanos: a semiologia”, do *Curso de linguística geral*, Saussure afirma que para se descobrir a verdadeira natureza da língua é necessário observar o que ela tem de comum com todos os outros sistemas da mesma ordem. Os fatores linguísticos até então destacados como importantes, a exemplo do funcionamento do apa-



relho vocal, são considerados de importância secundária, servindo apenas para distinguir a língua dos outros sistemas. Classificando os ritos, os costumes, etc., como signos, Saussure projeta nova luz sobre esses fatos, agrupados na semiologia:

“A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

“Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia* (do grego *sêmeion*, ‘signo’). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vincu-

lada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos.” (Saussure, 1916, p. 24)

Em outra passagem do *Curso*, no capítulo dedicado à natureza do signo linguístico, ele considera a *arbitrariedade* como o primeiro princípio do signo, interrogando se a semiologia incluirá no seu campo de estudo os signos naturais, que não dependam de uma convenção. Isso porque o criador da linguística moderna acredita que os signos arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico. Como a semiologia estuda os processos simbólicos na sociedade, os signos naturais não se filiam exclusivamente a essa disciplina, uma vez que a biologia, por exemplo, pode encarregar-se de alguns sintomas naturais que, mesmo funcionando de modo sistemático, não deixam de pertencer ao seu domínio.

Esse raciocínio parece-nos coerente, por sublimar a natureza social dos objetos da semiologia, o que Saussure fez questão de deixar claro, revelando assim as suas ligações com o pensamento sociológico de Durkheim. É por esse motivo que ele chega à conclusão de que

“a Linguística pode erigir-se em padrão de toda a Semiologia, se bem que a língua não seja senão um sistema particular”. (Idem, p. 82) Estranhamente, por uma dessas contradições da ciência, difíceis de se explicar, uma das tendências linguísticas que descarnariam a língua do seu contexto social nasceu do pensamento de Saussure. Enquanto Meillet adotou uma perspectiva que atualmente chamaríamos de sociolinguística, outros seguidores de Saussure isolaram os fatos linguísticos como condição *sine qua non* das análises estruturais.

É o caso de Louis Hjelmslev, que constrói a sua teoria da linguagem sobre fundamentos lógicos e semióticos, deixando de levar em conta a proposta saussuriana de uma *semiologia social*. De certo modo, a semiótica moderna se erigiu dentro dessa tradição estruturalista imanentemente formal, ou de uma outra tradição, neopositivista, como a de Peirce, que identifica a teoria dos signos com a lógica. Coincidentemente, enquanto Saussure falava de uma *semiologia*, de bases sociais, os autores que se preocupam com as bases formais falam de uma *semiótica*. Talvez este termo pudesse ser reservado para designar os sistemas simbólicos, ficando o anterior para designar o seu es-

tudo, como queria Saussure. Mas os estudiosos da Associação Internacional de Semiótica preferiram ignorar a possibilidade de distinção, fazendo prevalecer a expressão de uso anglo-saxônico.

Quando aproximamos Rousseau de Saussure e de Hjelmlev, não levamos em conta o fato de Hjelmlev dar à teoria uma orientação lógica, mas tão-somente consideramos o problema das relações entre as línguas e os demais sistemas simbólicos. Por isso, a identificação é mais coerente com Saussure, ou, mais precisamente, com o Saussure da passagem citada, pois em outros momentos o pensamento estruturalista triunfa sobre a sua formação durkheimiana.

O *Ensaio sobre a origem das línguas* de Rousseau estuda as diversas semióticas, observando que o homem pode agir sobre os sentidos do outro por dois meios – o movimento e o som –, distinguindo assim os sistemas espaciais dos sistemas temporais. A complexidade dos sistemas não-verbais foi percebida pelo filósofo:

“Tarquínio, Tarsíbulo, decepando os botões de papoula, Alexandre apondo seu selo

à boca do favorito, Diógenes passeando diante de Zenão não falavam melhor do que com palavras? Dario, com seu exército na Cítia, recebe do rei dos citas uma rã, um pássaro, um rato e cinco flechas. O mensageiro entrega silenciosamente o presente, e parte. O terrível discurso foi compreendido, e Dario só se preocupou com alcançar com a maior rapidez possível o seu país.” (Rousseau, 1759, p. 430)

Numa época em que ainda não tinham sido inventados os meios de comunicação modernos, as mensagens verbais só podiam ser transmitidas à distância através da escrita. É provável que anteriormente a ela tivessem sido praticados, mais intensivamente ainda, esses meios de comunicação visual que se constituíram em verdadeiras linguagens epistolares. Um exemplo curioso é o dos *salames*, ou conjuntos de objetos significantes, cujo envio, para aqueles que conheciam o seu sentido, permitia transmitir “sem temor dos ciumentos, os segredos da galantaria oriental para o interior dos haréns mais bem guardados” (p. 432). Rousseau acredita que se fala melhor aos olhos do que aos ouvidos, razão pela qual os discurs-

so verbais mais eloquentes são aqueles que possuem maior número de imagens, fazendo com que o som atinja, através das ideias transpostas, efeitos cromáticos.

## A ORIGEM DAS LÍNGUAS

Quando enfrenta diretamente o problema da origem das línguas, Rousseau fica indeciso entre atribuir suas causas às necessidades produtivas dos homens ou às paixões. Supõe, então, que as necessidades ditam os primeiros gestos, e o amor, o ódio, a cólera, a piedade produzem as primeiras vozes. Embora as necessidades sejam capazes de aperfeiçoar os meios de expressão, não são apenas elas que produzem a linguagem, mas um conjunto de traços específicos que tornam os homens diferentes dos demais animais. Já vimos como ele recusa a hipótese de que os órgãos fonadores têm importância preponderante, discutindo o problema da linguagem numa perspectiva semiológica, onde o engendramento de outros sistemas comunicativos denota a capacidade do homem de convencionar os mais diversos signos e empregar os mais diferentes recursos.

“Chardin conta que nas Índias os mensageiros, um segurando a mão do outro e modificando as pressões de um modo que ninguém pode perceber, tratam assim, publicamente mas em segredo, de todos os negócios sem dizer uma só palavra. Supondo estes mensageiros cegos, surdos e mudos – não se entenderiam menos bem, mostrando tal fato que, dos dois sentidos pelos quais somos ativos, um só bastaria para formarmos uma linguagem.

“Parece, ainda, pelas mesmas observações, que a invenção da arte de comunicar nossas ideias depende dos órgãos que nos servem para tal comunicação do que de uma faculdade própria do homem que o fez empregar os órgãos com este fim e que, caso lhe faltassem, o fariam empregar outros órgãos com o mesmo fim.” (Idem, p. 432)

Com tais palavras, Rousseau oferece à filosofia de Cassirer parte dos argumentos para inferir que a diferença entre o homem e os demais animais é o fato de o chamado animal social ser um *animal simbólico*. Se o ato de simbolizar depende do *contrato social*, os animais possuem uma linguagem natural, motivada e

estática, enquanto o homem, uma linguagem social, arbitrária e dinâmica: “A língua de convenção só pertence ao homem e esta é a razão por que o homem progride, seja para o bem ou para o mal.” (Idem, p. 435)

Partindo do pressuposto de que as paixões forneceram os principais impulsos para que o homem falasse, Rousseau considera os *tropos* como as primeiras expressões. A linguagem poética seria, portanto, a linguagem primitiva, a linguagem esquecida.

Tentando compreender o ponto de vista do autor do *Ensaio*, vejamos se um exemplo dos nossos dias pode lhe servir de argumento. Ao nos depararmos com certas situações linguísticas, numa comunidade rural sem a interferência das camisas-de-força das culturas dependentemente tecnológicas, que McLuhan chamou de *understanding media*, como o rádio, a televisão etc., temos a sensação de ouvir uma elocução poética, e não um discurso pragmático. As palavras empregadas de um modo desconhecido pela nossa cultura nos soam como *tropos*, enquanto, para quem as emprega, o significado deve estar perfeitamente claro, não-figurado, porque estabelecido pela comunidade falante. Como pertencemos a ou-



tro grupo dialetal e cultural, desconhecemos a formação dos conteúdos evocada por tais expressões e, em face da vagueza de sentido, estamos diante de *tropos*, e não diante de uma denotação.

Tomando a linguagem em estado selvagem, isto é, a linguagem poética, como a forma primitiva de expressão, Rousseau associa a imprecisão sugerida pelos signos à imprecisão do conhecimento, ou à indefinição dos limites do conteúdo: “A primeira a nascer foi a linguagem figurada e o sentido próprio foi encontrado por último. Só se chamaram as coisas pelos seus verdadeiros nomes quando foram vistas sob suas formas verdadeiras. A princípio só se falou pela poesia, só muito tempo depois é que se tratou de raciocinar.” (Idem, p. 434) Quando o autor do *Ensaio* usa termos como “verdadeiros nomes”, não está supondo que as relações entre o sinal e o conceito sejam naturais, pois sustenta todo o seu texto na certeza de que é o contrato social que constrói a língua. Com isso ele quer atribuir aos *tropos* a condição de formadores difusos de uma realidade ainda não percebida inteiramente, reservando à denotação a propriedade de compreender os objetos sob a forma mais co-

nhecida. Está criando, portanto, uma dependência do processo de conhecimento do mundo para com a língua, o que já vimos na obra de Locke. Quando o homem não conhece um objeto, denomina-o de uma forma figurada, ainda em processo de construção; sendo a língua que vai ensinar às gerações a “forma verdadeira” do mundo. Talvez tenhamos aí uma compreensão do percurso entre o mito e a ciência.

Essa teoria da linguagem original, de Rousseau, embora a princípio possa parecer anedótica, está de acordo com as modernas investigações semiológicas. Sabemos que a poesia é um modo original de ver o mundo, um modo que difere dos modos conhecidos e vigentes, propondo um perfil para os objetos do conhecimento que não está, necessariamente, de acordo com o contorno estabelecido pela percepção, ou pela opinião, coletiva como o perfil verdadeiro. Aristóteles já admitia isso na *Poética*, quando enquadrava no âmbito do verossímil o processo mimético, que incide

“num destes três objetos: coisas quais eram ou quais são, quais os outros dizem que são ou quais parecem, ou quais deveriam ser.

Tais coisas, porém, ele as representava mediante uma elocução que compreende palavras estrangeiras e metáforas, e que além disso, comporta múltiplas alterações, que efetivamente consentimos ao poeta.” (*Poética*, 1460b 8, cap.. XXV)

Aristóteles percebeu que a arte forma seus conceitos do mundo não apenas segundo a crença coletiva, mas também como o artista gostaria que o mundo realmente fosse – “quais deveriam ser” –, representando essa formação imprevista através de uma elocução que se desvia igualmente da expressão comum.

No artigo “A falência do estruturalismo ou a remissão dos pecados do objeto”, esse problema está tratado do seguinte modo: “No fenômeno das artes, o espírito criador não se encontra diante da realidade como um espelho a refletir imagens (usamos aqui a figura de Hegel); a sua atitude é ativa e dinâmica, há uma participação criadora da consciência, da ideologia e da forma da expressão na construção das imagens, quanto ao seu próprio conteúdo objetivo: e vice-versa.” (Seixas, 1978b, p. 6)

A arte tenta ir além das fronteiras traçadas pelas convenções linguísticas, ampliando os

objetos do conteúdo, pois o universo conhecido não passa de uma figuração parcial do universo objetivo, empreendida por uma língua ou por uma cultura – o que corresponde a dizer que o conhecimento do mundo é ideológico e simbólico: é uma linguagem.

Mas voltemos a Rousseau e aos seus argumentos em favor da compreensão da linguagem figurada como forma original:

“Bem sei que, neste ponto, o leitor me interromperá e me perguntará como pode uma expressão ser figurada antes de ter um sentido próprio, se a figura consiste na translação do sentido. Concedo-o; mas para me compreenderem será preciso substituir a palavra que transpomos pela ideia que a paixão nos oferece – só se transpõe as palavras porque se transpõem também as ideias, pois de outro modo a linguagem figurada nada significaria.” (Rousseau, 1759, p. 434)

Um exemplo dado por Rousseau para esse tipo de figuração é o do homem primitivo, que foge amedrontado quando se encontra com um outro. Não conhecendo o semelhante, o homem é tomado de terror e acredita que o seu

rival é maior, mais forte do que ele, disforme etc.; para expressar essa visão, vai buscar uma forma também imprecisa, capaz de traduzir a angústia da descoberta. Assim, um conhecimento imperfeito gera uma linguagem imprecisa, que será gradativamente estabelecida, em relação direta com o conhecimento do objeto, até que o conhecimento validado pela convenção possibilite um significado definido.

O autor do *Contrato social* tenta demonstrar como a linguagem figurada surge antes da linguagem denotativa, quando as paixões, ou as emoções, fascinam o homem, fazendo com que as primeiras ideias, provenientes do alucinação diante dos objetos, não sejam uma exata reprodução da verdade.

Mais uma vez, o texto de Rousseau nos remete a uma reflexão sobre a semiótica poética, em oposição a uma semiótica pragmática como a língua. Se a linguagem figurada se origina do conhecimento impreciso dos objetos, toda obra de arte se sustenta na figuração – e, por isso, tanto maior será o seu valor quanto mais obedeça a este princípio. Pound chamou os artistas de antenas da raça, pois a arte funciona como uma espécie de sistema de alarme premonitório, antecipando as tendências e as

conquistas do espírito ainda não reveladas numa cultura. Segundo McLuhan, a tarefa da arte nos nossos dias consiste em formar a realidade de modo dissonante, estranho ao estabelecimento.

Sabemos que o universo é percebido e incorporado pelo homem através dos seus meios de simbolizar, das suas linguagens, razão pela qual Wittgenstein afirma que a figuração é um modelo da realidade e proclama: “Os limites da minha linguagem denotam os limites do meu mundo.” (*Tractatus lógico-philosophicus*, proposição 5.6.)

A realidade objetiva é o caos semântico dos sentidos; e o que dela conhecemos é um corte mais ou menos arbitrário, ou convencional, operado pela nossa inteligência e pela nossa sensibilidade: uma espécie de realidade subjetiva socialmente determinada – objetivada, portanto. Esse universo primeiro, ou essa realidade objetiva, é visto como o caos semântico dos sentidos, pois os objetos existem como tais privados da formalização imposta pela inteligência cognoscente. É a realidade subjetiva compartilhada pelo contrato social, ou a realidade simbólica, que vai ordenar a realidade objetiva, física, tornando-a acessível à nossa

percepção cognoscente, baseando esse ordenamento nas conveniências e preferências culturais do grupo humano.

O artista, ao tentar transgredir essa realidade conhecida, para que possa ver além dela e perceber os objetos não-incluídos nas formas simbólicas eleitas pela cultura, nem sempre conseguirá formar com precisão e clareza os conceitos com os quais pretende ver além dos limites da sua gente, construindo para essa cultura um universo mais amplo. Enquanto artista, o homem é condicionado pela sociedade: ao transpor os limites do conhecimento socialmente compartilhado, o universo que extrapola as convenções culturais pode parecer ainda impreciso e não-compreensível. Por isso, a sua linguagem, sendo o instrumento que investiga tal espaço de transgressão, só poderá ser uma linguagem figurada, conforme a hipótese de Rousseau; não chegando a formar um significado pronto, estabelecido pelo conhecimento convencional, mas um processo de conhecer que pode ser denominado de *significando*".

Em 1977, em comunicação apresentada ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, propúnhamos operacio-

nalmente substituir o termo “significado” por “significando”, quando se trata do signo poético. No artigo “A subjetividade como elemento formativo da linguagem poética”, publicado em seguida, argumentamos que “o signo linguístico é sincronicamente estável, fruto de um acordo entre os falantes, de cuja aceitação depende qualquer alteração da sua estabilidade. Natureza oposta caracteriza o signo poético, que é inacabado, aberto e autoconstituído de mobilidade constante.” (Seixas, 1977, p. 7)



## A Necessidade Criadora e o Condomínio da Linguagem

No *Ensaio sobre a origem das línguas*, Capítulo XV: “De como nossas mais vivas sensações frequentemente agem por meio de impressões morais”, o autor demonstra como o ético se confunde com o estético, em virtude de o juízo estético ser condicionado pelo costume e pelas circunstâncias que envolvem as relações sociais. Se o contrato social é visto como base sobre a qual a língua repousa, isso é igualmente verdadeiro para as artes, que são linguagens de natureza diversa das línguas, mas obedecem a um mesmo estatuto semiótico. Os signos pragmáticos estão estabelecidos pela sociedade de um modo mais rígido que os signos estéticos, mas não se pode negar que esses últimos também são condicionados pelos costumes e pelos usos.

Quando defendemos, em outra passagem, a natureza particular do signo poético, não ignoramos o fato de o artista engendrar o seu *espaço de transgressão* a partir das crenças e dos valores de uma cultura, embora tenhamos procurado sublinhar o fato, por si mesmo evidente, de que a arte representa uma superação, intencional, dos limites e das fronteiras do espaço convencional.

A propósito, Jung escolheu como legenda da sua investigação uma frase de Schiller: quem não se arrisca para além da realidade jamais conquistará a verdade. Os homens que não se admitem loucos evitam o risco de ir além do que conhecem como os limites do real, reservando essa tarefa àqueles que vivem a aventura da transgressão; entre os quais se inscreve o artista, certo de transformar o desventurado estigma numa peripécia de descobertas. Por isso, ele consegue, nos breves momentos da criação, viver livre das convenções sociais, muito embora a aceitação da sua arte dependa dos costumes do público fruidor – o que quer dizer que, nesse particular, a ética e a estética são uma só.

Não é por outro motivo que cada grupo social, que cada cultura, escolhe entre as di-

versas formas de arte aquelas da sua preferência. Uma música que desperta sensações de ternura ou de melancolia num índio Kamaiurá, do Alto Xingu, dificilmente despertará iguais sentimentos num jagunço da legendária nação de Canudos, nos sertões da Bahia. Os sons que arrebatam os jovens da periferia das metrópoles, com o metralhar bombástico das caixas acústicas, roucas e distorcidas, não são os mesmos que encantam o ouvido dos que vivem na roça escutando o canto dos pássaros. Suas evocações obedecem a referências distintas, sustentadas na memória cultural de cada grupo.

A partir das propostas de Rousseau, o conceito de beleza como categoria universal é posto em dúvida quando se considera a diversidade do seu ideal. O arquétipo de beleza transcendental (essência ou forma apriorística do belo), ainda hoje defendido pelos sonhos do idealismo platônico, não existem para uma teoria antropológica da arte.

Evocando as noções do realismo aristotélico podemos dizer que o conceito de beleza é imanente a cada cultura, surgindo e se modificando a partir das próprias contingências do homem e do seu meio social. Assim como a *forma* depende da *matéria*, na *Metafísica* de

Aristóteles, a beleza depende de quem a reconhece e das relações que engendraram o espírito estético. Não se pretende, com essa afirmação, aceitar a subjetividade nos moldes do idealismo kantiano, mas retirar daí uma hipótese conceptual da beleza enquanto elemento participante do processo dialético que a constrói e determina. O juízo estético não reside nas formas apriorísticas da subjetividade, como propõe o idealismo tradicional, mas no fazer humano e no ato de perceber as coisas e o universo.

Assim como a função, para a qual são criados ou assimilados pelo homem, atribui sentido aos objetos – que não valem por si mesmos, mas pela sua utilidade e relação com os demais e com o homem –, a beleza não reside neles, mas no seu significado para a comunidade receptora. Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, Marx reconhece a subjetividade do homem: “A música mais bela não tem nenhum sentido para o ouvido não musical, pois não é para ele um objeto, porque o meu objeto só pode ser a manifestação de uma das forças do meu ser”. (Marx, 1978, p.120) Não é demais repetir que, para o marxismo, a subjetividade pura não existe, pois o homem é socialmente

determinado. A subjetividade é, portanto, um processo dialético que remete o sujeito ao objeto e o objeto ao sujeito.

Nas considerações referentes à melodia e à imitação musical, Rousseau assegura que enquanto os estudiosos se preocuparem com os sons, unicamente pela excitação causada nos nervos, não alcançarão os princípios da música. As notas de uma composição “não agem em nós apenas como sons, mas como sinais de nossas afeições, de nossos sentimentos”. (Rousseau, 1759, p. 464) Nessa passagem está clara a noção da música como uma semiótica, onde as sequências musicais são signos de uma linguagem que, ao ser compreendida pelo ouvinte, transmite mensagens conceituais abertas.

Para o filósofo, o estudo dos sons musicais sob uma perspectiva física difere do seu estudo associado a um valor moral e estético – do mesmo modo que a moderna linguística distingue a fonética, que descreve os fonemas do ponto de vista articulatório, da fonologia, que se interessa por tal estudo enquanto capaz de atingir o plano das significações.

Em outras palavras, ele identifica os sons musicais como signos, criando uma identifica-

de entre as línguas e as artes para que possam ser estudadas por uma única disciplina filosófica. Tal atitude deriva da sua concepção da origem das línguas, que teriam nascido juntamente às outras linguagens: os primeiros recursos comunicativos do homem teriam sido uma soma de sinais de naturezas diversas, até que se formaram as semióticas distintas, cada uma utilizando meios pertencentes a um único sentido.

Quando o homem descobriu que podia se comunicar com o outro, não começou por elaborar uma linguagem gestual ou uma linguagem sonora, mas empregou todos os meios de emissão de que dispunha para se fazer entender. Somente quando o entendimento alcançou um grau mais complexo é que as diversas linguagens adquiriram seu próprio estatuto. Essa hipótese se aproxima da tese de Rousseau segundo a qual as línguas não nasceram somente das necessidades materiais, mas das necessidades espirituais, confundindo-se, portanto, com as artes: “Os primeiros discursos constituíram as primeiras canções; as repetições periódicas e calculadas, o ritmo e as inflexões melodiosas dos acentos deram nascimento, com a língua, à poesia e à música, ou melhor:

tudo isso não passava da própria língua”. (Idem, p. 458)

Quando os formalistas russos, que no inverno de 1914-1915 fundaram o Círculo Linguístico de Moscou, falaram da *ciência literária e linguística*, estavam partindo do pressuposto de que a literatura e a língua se constituem numa unidade. O manifesto de Juri Tynianov e Roman Jakobson “Os problemas dos estudos literários e linguísticos” é uma consequência desse pensamento que viria fazer com que, mais tarde, o estudo da literatura fosse submetido à linguística pelas correntes que aceitaram o argumento de que a poesia não passa de uma *função* da língua. Essa inferência posterior já se insere no momento estruturalista, mas a teoria da unidade dos objetos “literatura” e “língua” remonta aos estudos soviéticos do início do século, quando foram perseguidas as bases de uma possível semiologia.

O primeiro dos oito itens do texto diz:

“Os problemas imediatos da ciência literária e linguística na Rússia necessitam ser postos numa base teórica estável; exigem que abandonemos definitivamente as montagens mecânicas cada vez mais fre-

quentes que reúnem os procedimentos da nova metodologia e os do velho método estéril, que introduzem hipocritamente o psicologismo ingênuo e outras velharias sob uma nova terminologia. Devemos nos separar do ecletismo acadêmico, do ‘formalismo’ escolástico que substitui a análise pela enumeração da terminologia e que nada faz senão erguer um catálogo de fenômenos; é necessário cessar de transformar a ciência literária e linguística, tomada como uma ciência sistemática, em gêneros episódicos e anedóticos.” (Tynianov & Jakobson, 1971, p. 95)

Rousseau, que igualmente constrói o seu *Ensaio sobre a origem das línguas* a partir de uma perspectiva abrangente e semiológica, tem o mérito de não ter perdido de vista as implicações sociais dos sistemas simbólicos tratados. Quando os editores das suas obras, na tradução brasileira, incluíram o *Ensaio* no volume das obras políticas, tinham em mira o caráter da intercomplementaridade desse texto com relação a um outro, igualmente importante, *Do contrato social; ou princípios do direito político*. Essa lição da filosofia de Rousseau foi



negligenciada pela semiologia, ao se constituir em ciência, tendo se reduzido a uma “semiótica” (no sentido de Pierce, Hjelmslev, Greimas, etc.) ou a uma lógica interessada em sistemas formais.

Obedecendo aos mesmos impulsos iniciais, as línguas e as artes derivam de um mesmo condomínio social:

“Foram em verso as primeiras histórias, as primeiras arengas, as primeiras leis. Encontrou-se a poesia antes da prosa, e haveria de assim suceder, pois que as paixões falaram antes da razão. A mesma coisa aconteceu com a música. A princípio não houve outra música além da melodia, nem outra melodia que não o som variado da palavra; falava-se tanto pelos sons e pelo ritmo quanto pelas articulações e pelas vozes. Segundo Estrabão, outrora dizer e cantar eram o mesmo, o que mostra, acrescenta ele, que a poesia é a fonte da eloquência. Seria melhor dizer que tanto uma quanto a outra tiveram a mesma fonte e a princípio foram uma única coisa. Levando-se em consideração o modo pelo qual se ligaram as primeiras sociedades, pode sentir-se surpreendido pelo fato

de terem sido as primeiras histórias escritas em verso e que se cantassem as primeiras leis? Será motivo de admiração terem os primeiros gramáticos submetido sua arte à música e serem, ao mesmo tempo, professores de uma e de outra?”. (Rousseau, 1759, p. 548-549)

Em nota ao texto, Rousseau cita a passagem em que Quintiliano chama atenção para o fato de os antigos preceptores considerarem tanto a gramática quanto a música como partes do seu ofício de ensinar. Fiel à tradição que cultua os valores da Grécia antiga, ele observa que uma língua que tem apenas articulações e vozes, como o francês ou o português, tem somente metade da riqueza possível, pois transmite ideias, mas não sugere sentimentos e imagens, no fluir do seu discurso. Para que isso aconteça, são necessários os ritmos e os sons que constituem a estrutura melódica da fala. Essas características, no modo de entender de Rousseau, estão presentes na língua grega, que possui toda a riqueza necessária ao cumprimento das diversas funções da linguagem verbal.

Os modernos estudos de línguas tonais e o conhecimento de culturas não-submetidas aos modelos das línguas européias atuais não invalidam a identificação pretendida pelo filósofo entre a música, a poesia e a língua, mas fundamentam alguns dos seus pontos de vista que, com os dados da ciência contemporânea, podem ser estudados sob novos ângulos.

Roman Jakobson, já citado por submeter os fatos poéticos ao domínio da língua, constata a presença da poesia nas culturas de menor nível de desenvolvimento tecnológico e artístico, afirmando que se trata de um fenômeno universal, do mesmo modo que a linguagem verbal. “Note-se por outro lado que em certas sociedades só existe poesia em forma de poesia cantada: é o sincretismo primitivo da palavra poética e da música”. E logo em seguida, insiste nas relações entre linguística e poética:

“Dizia Santo Agostinho que um homem que não tem em conta a poesia não pode arrogar-se à qualidade de gramático. Estou inteiramente de acordo com esta grande autoridade. Para ser gramático – hoje dizemos linguista – é preciso conhecer a língua em todas as suas funções, e a função poéti-

ca é universal, coexiste sempre. Comparece na poesia, onde organiza todas as restantes funções (não as elimina: organiza-as), e na prosa, na linguagem corrente, onde se torna subalterna. Em Santo Agostinho não está expressa mas parece implícita uma verdade complementar: não nos podemos ocupar de poesia sem ter em conta a ciência da linguagem. Decerto, há linguistas que, escravos da matéria verbal, não se mostram sensíveis ao valor estético. *Esses, porém, são os maus linguistas.* Adotando uma atitude mecanicista, escapa-lhes a extraordinária ductilidade da linguagem, a grande variedade das funções que esta desempenha.” (Jakobson, 1974, p. 8)

Desse modo, somos remetidos novamente ao problema inicial proposto por Rousseau, que não considera uma imagem *agradável* pelas suas características internas, mas pelas relações entre ela e aqueles que a julgam dessa maneira. O fato de algumas impressões provocarem a sensibilidade de um indivíduo, sendo nulas para a sensibilidade de outro indivíduo, de cultura diferente, se afigura aos olhos do filósofo como uma prova de que as nossas

sensações mais distintas estão condicionadas pela moral, isto é, pelos costumes. Não apenas o julgamento estético, mas também qualquer tipo de *gosto* deriva dos hábitos tornados comuns à cultura do indivíduo: “Só conheço um sentido em cujas sensações não se mistura nada de moral – é o paladar”. (Rousseau, 1759, p. 465)

No caso das semióticas estéticas, a preferência manifestada por um grupo para com certas formas de arte é devida à facilidade encontrada para decodificar o significado: o gosto estético, segundo Rousseau, está ligado à compreensão daquilo que uma semiótica poética diz ou sugere. O homem só é atingido pelas estruturas que lhe são conhecidas ou que lhe lembram alguma coisa. A arte de vanguarda, por exemplo, às vezes encontra dificuldade de ser aceita pelo público porque opera com formas desconhecidas, quer sejam *formas de expressão*, isto é, referentes ao sinal e aos próprios recursos sensíveis, como os sons, quer sejam *formas de conteúdo*, ou modos de ver o mundo e os objetos tratados.

A noção de redundância como requisito básico para o consumo é outro argumento que pode confirmar o ponto de vista de Rousseau.

Umberto Eco, ao analisar “O mito do Superman”, em *Apocalípticos e integrados*, ressalta o fascínio exercido pelas mensagens iterativas sobre as massas: “O esquema é de tal maneira importante, que os autores mais célebres fundam seu êxito na sua imutabilidade”. (Eco, s. d., p. 265) Ele identifica o prazer da interação, entendida como redundância, como um dos fundamentos da evasão, mecanismo através do qual o indivíduo realiza as suas regressões. É um modo de fugir à permanente mudança do mundo e adaptar a sensibilidade a um tempo estático e cômodo:

“uma estrutura narrativa exprime um mundo; mas disso nos damos conta ainda mais, revelando que o mundo tem a mesma configuração da estrutura que o exprimia. O caso do Superman é a confirmação dessa hipótese. Se examinarmos os ‘conteúdos’ ideológicos das estórias do Superman perceberemos que, de um lado, eles se sustentam e funcionam comunicativamente graças à estrutura da série narrativa; do outro, concorrem para definir a estrutura que os exprime, como uma estrutura circular, estática, veículo de uma mensagem pedagógica substancialmente imobilista” (Idem, p. 271).

O público gosta que lhe seja contada uma história conhecida, que lhe sejam ditas coisas que ele já sabe, ou que as coisas novas venham através de recursos velhos. Não é por outro motivo que os programas humorísticos de televisão, obedecendo a um esquema que se repete todos os dias, onde os personagens agem sempre do mesmo modo, continuam agradando aos espectadores. O homem comum gosta de se sentir capaz de antecipar o que vai acontecer com o seu herói favorito, consistindo nessa familiaridade a base do seu juízo estético.

Rousseau parece ter compreendido esse fato agora evidenciado pela teoria da comunicação, quando defende os pontos de vista do *Ensaio*. A afinação dos instrumentos musicais, que inclui inflexões que não entram no nosso sistema, soa desagradavelmente para o público habituado aos recursos previstos por esse sistema. A necessidade do conhecimento prévio das convenções estéticas se deve ao fato de os materiais constituintes dos signos – como os sons nas artes temporais e as cores e movimentos nas artes espaciais – terem “grande poder como representações e sinais, porém pequeno, como simples objetos dos sentidos”. (Rousseau, 1759, p. 465) Uma sequência de

sons agradáveis, suficiente para distrair alguém por certo tempo, pode cansar o ouvinte, quando não consegue dizer nada a ele que provoque algum tipo de evocação capaz de falar à sua inteligência ou à sua sensibilidade.

Uma sinfonia de Beethoven, onde são descritas as sensações provocadas por determinado ambiente ou paisagem, pode não significar nada para um ouvinte de música oriental ou para um espectador de televisão, habituado à linguagem musical dos cantores mais simplórios. As descrições musicais baseiam-se num princípio de convenção constituído ao longo do desenvolvimento da música europeia; cada peça anteriormente ouvida fornece ao fruidor os dados para a decodificação de novas peças. Uma composição que não pertence a essa tradição escapa ao entendimento e ao gosto do ouvinte habituado a ela, assim como um ouvinte filiado a outra tradição tende a se manter impassível diante dessa música. Se alguém educado para perceber as composições barrocas ouve uma fuga de Bach, consegue construir na mente uma realidade conceitual próxima àquela que é experimentada pelos outros ouvintes de formação idêntica. Quando se conhecem os recursos utilizados por uma arte, pode-se atin-



gir o significado de combinações que, dessa forma, passam a atuar como signos, e não mais como simples elementos de uma cadeia. Portanto, se as semióticas estéticas e as línguas são percebidas pelos sentidos que, segundo Rousseau, só conhecem sensações morais, as convenções determinam a sua construção e a sua decodificação.

## O CONTRATO SOCIAL E A LÍNGUA

O *Ensaio sobre a origem das línguas* e *Do contrato social* são textos que se completam e explicam mutuamente: alguns conceitos formulados no primeiro são aplicados não apenas a questões estritamente linguísticas, mas a outros aspectos da sociedade, assim como as constatações de ordem sociológica e política feitas no *Contrato* são igualmente válidas para a língua, que deriva desse consórcio entre os homens.

As leis a que as sociedades, de um modo geral, e as línguas, em particular, estão submetidas obedecem aos mesmos princípios e, em ambos os casos, sua compreensão está sujeita a equívocos parecidos, quando não idênticos.

Durante muito tempo se entendia que as línguas estavam naturalmente submetidas aos princípios estabelecidos pelos gramáticos, com base em antigas normas de uso erudito. Ainda hoje, muitos *apocalípticos* do idioma cultivam a aversão à linguagem *integrada* à realidade dos falantes, pois não lhes parece justo que caiba ao povo que fala uma língua traçar os seus rumos e constituir as suas normas. Por outro lado, a maioria aceita a tese segundo a qual as nações estão sujeitas a leis magnas, baseadas nos cânones da justiça e traduzidas pelos legisladores – continuando, assim, a tradição que remonta à crença no direito sagrado dos reis e dos poderosos.

Já no século XVIII, Rousseau compreendia o caráter convencional dessas instituições e dos seus valores, declarando a ilegitimidade de todo princípio de autoridade estranho à vontade daqueles que estão submetidos ao contrato social.

Como o homem está sujeito a coerções resultantes de princípios arbitrários e estanhos à sua vontade, o filósofo observa que ceder à força constitui um ato de necessidade, ou mesmo de prudência, o que o leva a proclamar, como axioma do livro *Do contrato social*; ou

*princípios do direito político*: “Desde que se pode desobedecer impunemente, torna-se legítimo fazê-lo e, visto que o mais forte tem sempre razão, basta somente agir de modo a ser o mais forte”. (Rousseau, 1762, p. 22) Com isso o autor do *Contrato* não está justificando a violência, mas se opondo à legitimação atribuída ao poder que não se sustenta na vontade geral. Chama a atenção para o fato de serem os homens que instituem os princípios através de convenções, para que possam desfrutar melhor os bens da natureza e as vantagens da convivência social. Se nenhum homem tem autoridade natural sobre seus semelhantes, a legitimidade de toda autoridade reside no contrato social, que é a manifestação da vontade coletiva.

Assim é que define a lei como o registro da vontade dos indivíduos associados, não sendo dignas de tal denominação as regras impostas a partir de outras bases: “O povo, submetido às leis, deve ser o seu autor. Só àqueles que se associam cabe regulamentar as condições da sociedade”. (Idem, p. 44) Isso se aplica não somente à sociedade em geral, mas aos seus sistemas particulares, igualmente baseados em convenções, como a língua.

Uma leitura atenta do *Contrato* revela importantes reflexões implicitamente linguísticas, muito embora o texto não tenha sido elaborado com tais fins. As colocações aí contidas são totalmente revalidadas pelas propostas dos sociolinguistas ou pelo trabalho de alguns filólogos que souberam tratar do seu objeto sem ignorar as “incômodas” relações existentes entre as línguas e as culturas dos povos. Como a linguagem é um fato social, os mesmos princípios que determinam as leis sociais estão presentes na inferência das leis linguísticas. As necessidades do homem, como percebeu Rousseau, antes de Marx, orientam e determinam as suas ações e princípios.

A partir do condicionamento imposto por esse fato, a água e o fogo se teriam constituído nos primeiros motivos de união dos homens: o fogo, nos climas frios, e a água, segundo Rousseau, em quase todos os pontos da terra. A origem das primeiras sociedades e, portanto, das primeiras línguas está diretamente ligada à necessidade de utilização desses elementos. O homem se aproxima do outro, diante de uma fogueira ou de uma fonte, que representam dois importantes vínculos para as primeiras reuniões.

Desse modo, as áreas de clima agradável e ameno, onde existem rios e fontes, deveriam ser o berço das primeiras sociedades. Mas os antropólogos sabem que isso não ocorreu, como revelam seus estudos e as descobertas da arqueologia. As sociedades humanas desenvolvem-se nos pontos mais adversos à sua sobrevivência, invalidando qualquer raciocínio mecanicista, nesse sentido. “A abundância de água pode retardar o estabelecimento da sociedade entre habitantes de lugares bem irrigados. Nas regiões áridas, pelo contrário, tiveram de se reunir para furar poços e para abrir canais, a fim de dessedentar os animais. Nelas, vêem-se homens associados desde tempos quase imemoriais, pois ou a região continuaria deserta ou então o trabalho humano a tornaria habitável”. (Rousseau, 1759, p. 452)

Quando a necessidade reúne os homens, surge a conveniência de se utilizar algum instrumento que facilite o entendimento e seja capaz de manter a união. Se nas regiões férteis os homens encontram meios de viver isoladamente, nas zonas áridas a oposição do meio ambiente exige a colaboração de todos, em forma de associação de forças, como condição essencial à sobrevivência de cada um. Nessas

regiões, a língua nasceu da necessidade, dos gritos de socorro, das agressões e das advertências, diz Rousseau, enquanto nos climas brandos as línguas nasceram das paixões, “filhas do prazer e não da necessidade”. (Idem, p. 455) Esse fato explica a diferença existente entre as línguas: umas com maior poder de sugestão emocional e outras com propriedades totalmente diversas. Embora Rousseau reconheça que as línguas tanto poderiam ter se originado do que chama de necessidade morais quanto das necessidades naturais de sobrevivência, tende a acreditar que, se os homens tivessem apenas necessidades semelhantes às dos animais, poderiam jamais ter falado.

A tentativa de situar o traço distinto entre o homem e os outros animais torna o *Ensaio sobre a origem das línguas* contraditório, ficando o seu autor oscilando entre dois tipos de causas. Para explicar a existência de línguas mais *próprias para falar ao coração*, como disse esse construtor do pensamento romântico, e de outras línguas que se adequam às exigências da razão, ele imagina a passagem de uma vida quase paradisíaca a uma realidade menos generosa:

“A ociosidade, que alimenta as paixões, cedeu lugar ao trabalho, que as recalca. Antes de pensar em viver feliz, tinha-se de pensar em viver. A sociedade só se formou pela indústria, porquanto a necessidade mútua unia muito mais os homens do que o teria feito o sentimento. Sempre presente, o perigo de perecer não permitia que se limitassem à língua do gesto, e entre eles a primeira palavra não foi amai-me – *aimez-moi* – mas ajudai-me – *aidez-moi*”. (Rousseau, 1759, p. 456)

Na página anterior, ele observa ainda:

“Com o decorrer dos tempos, todos os homens se tornam semelhantes, porém é diferente a ordem de seu progresso. Nos climas meridionais, onde a natureza é pródiga, as necessidades nascem das paixões; nas regiões frias, onde ela é avara, as paixões nascem das necessidades, e as línguas, tristes filhas da necessidade, ressentem-se de sua áspera origem.”

Partindo do pressuposto segundo o qual as línguas, nas suas primeiras manifestações, se

confundiam com as artes baseadas em signos sonoros, como a poesia e a música, Rousseau estabelece uma distinção entre os seus estágios. As formas originais da linguagem, porque visavam falar ao sentimento, persuadindo, sem convencer a razão, eram formas por si mesmas agradáveis e providas de grande poder de sugestão. Num estágio moderno, a exatidão e o caráter denotativo substituem os antigos encantos que tanto fascinaram o espírito romântico do filósofo. As línguas deixam de transmitir os estímulos presentes nos seus próprios recursos, para comunicar fatos que valem pelo seu significado, e não pela sugestão dos meios.

Dessa forma, Rousseau fala de um estágio primitivo, ou poético, das línguas; de um estágio político, ou equivalente a um período em que a liberdade se exercia através do discurso e da retórica; e, finalmente, de um estágio de decadência, onde o silêncio domou o discurso e aprisionou a liberdade do verbo. É o que ele chama de degeneração de uma língua e do seu povo, que são submetidos a uma vontade estranha à livre escolha da coletividade, valor supremo do contrato social. “Afirmo ser uma língua escravizada toda aquela com a qual não



se consegue ser ouvida pelo povo reunido”. (Idem, p. 437)

Tratando das relações entre língua e poder, ele escreve esta passagem admirável – que complementa e é complementada por *Do contrato social*, texto que alia a análise filosófica de base científica à beleza peculiar ao discurso humanístico –, encerrando o *Ensaio sobre a origem das línguas* (p. 436) com a reafirmação dos vínculos indissolúveis entre a sociedade e sua manifestação verbal:

“As línguas se formam naturalmente baseadas nas necessidades dos homens, mudam e se alteram de acordo com as mudanças dessas mesmas necessidades. Nos tempos antigos, quando a persuasão constituía uma força pública, impunha-se a eloquência. De que serviria hoje, quando a força pública substitui a persuasão! Não se tem necessidade nem de arte nem de figura para dizer – *assim o quero*. Qual é o discurso, pois, que ainda resta a fazer ao povo reunido? Sermões. E qual o interesse daqueles que os fazem em persuadir o povo, se não é o povo quem distribui mercês? As línguas populares tornaram-se, também para nós, tão per-

feitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades tomaram sua última forma: nela nada mais se muda senão com o canhão e com a moeda, e como nada se tem a dizer ao povo, a não ser – *dai dinheiro*, diz-se por meio de cartazes nas esquinas ou de soldados nas casas. Para tanto não se precisa reunir ninguém; pelo contrário, convém manter os súditos esparsos – tal a primeira máxima da política moderna”.

A constatação melancólica de Jean-Jacques Rousseau é compartilhada por todos nós, quando seu terrível discurso ganha mais atualidade do que nunca (apesar de toda a ironia do poder), e quando só resta a metáfora patética que ele nos atira na cara, irrevidável, como um soco de luz na escuridão: “Existem línguas favoráveis à liberdade, são as sonoras, prosódicas, harmoniosas, cujo discurso bem de longe se distingue. As nossas são feitas para os sussurros dos sofás”. (Idem, p. 436)

## Semióticas Pragmáticas e Estéticas: Determinação Social

Definida, para fins operacionais, a *semiologia* como disciplina filosófica que trata das formas simbólicas e dos sistemas e processos de significação, e *semiótica* como cada um dos sistemas e processos particulares de *signos* e *sinais*, podemos estabelecer diversos tipos de classificação. Hjelmslev (1943, p. 115) apresenta contribuição de grande importância quando afirma que “uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas como todas as estruturas semióticas concebíveis”. Para o mestre de Copenhague, essa traduzibilidade resulta do fato de só as línguas serem capazes de formar todos os conteúdos possíveis. Uma semiótica como a música for-

ma apenas conteúdos de um tipo, assim como o código de sinais rodoviários é incapaz de formar conteúdos musicais. Mas uma semiótica que é uma língua é capaz de formar ou de traduzir os conteúdos de todas as semióticas. Por isso Hjelmslev, valendo-se das palavras de Kierkegaard, diz que apenas uma língua pode ocupar-se com o inexprimível até que ele seja exprimido. Podemos assim opor as línguas aos códigos, reservando o primeiro termo para os sistemas e processos produtivos, ou para as semióticas que são códigos que traduzem códigos.

Se, por um lado, distinguimos as semióticas que são línguas das que são códigos *stricto sensu*, por outro lado podemos falar em semióticas *pragmáticas e estéticas*. Uma semiótica pragmática é um código ou uma língua cuja finalidade é essencialmente prática.

É a utilidade social que determina tal classificação: a língua portuguesa, o código de Morse, o sistema algébrico etc. são semióticas pragmáticas, pois desempenham um papel prático nitidamente estabelecido. Inversamente, a música, a poesia, a dança etc. não podem ser analisadas quanto à função social do mesmo modo, sendo reservada a esses códigos a denominação de semióticas estéticas.

Constitui importante problema saber se tais sistemas e processos estéticos são apenas códigos ou línguas. Distinguindo os *signos* dos *sinais*, atribuindo aos primeiros a propriedade de formar a realidade (ou seja, de construir seu próprio conteúdo), em oposição aos sinais, que são simples representação de um objeto preexistente para a subjetividade do indivíduo, podemos dizer que as línguas operam com signos e os códigos fechados, com sinais. Se aceitarmos a arte como formadora da realidade percebida pelo sujeito, do mesmo modo que as línguas sociais, essa não poderá ser reduzida à condição de simples código, já que é marcada por uma produtividade que amplia os limites da própria língua histórica na qual se insere.

As semióticas pragmáticas, e principalmente as línguas, que constituem o nosso objeto, assumem uma relação com a ideologia, diversa das semióticas estéticas. Enquanto uma língua é um organismo eminentemente social, a arte, apesar de estar vinculada com a sociedade, é, pela própria natureza, uma forma de transgressão desse espaço. As funções práticas desempenhadas pela língua dentro de uma comunidade terminam por estabelecer um vínculo

muito mais rígido que o da arte. De certa forma, podemos dizer que a língua comporta menos que a arte a iniciativa individual e a subversão dos padrões coletivos. Nessa medida, enquanto a arte está comprometida com a ideologia do seu criador, a língua se confunde com a ideologia do grupo falante. São as constantes do espírito da coletividade, e não as concepções individuais, que vão estabelecer uma relação de reciprocidade com a língua que forma e traduz, ao mesmo tempo, a ideologia da cultura. A arte opera com fabulações que se assemelham ao que Lévi-Strauss evocou como mito individual do neurótico e Lacan explicitou com um enfoque especializado.

É evidente que o artista é fruto da cultura à qual está submetido, mas seu papel é entendido como o de um transgressor, que ultrapassa as fronteiras culturais do seu povo, podendo assim fazê-lo para o bem ou para o mal. Nesse sentido é que tradicionalmente se costuma sublinhar o papel do artista como ampliador dos horizontes do seu tempo e do seu espaço, sendo essa direção (para o bem ou para o mal) que separa a transgressão plenamente artística de outra puramente patológica. A função social da arte é ampliar os horizontes do homem,

só cabendo o nome de arte à manifestação que cumpra tal finalidade, sendo excluídas dessa categoria as formas alegóricas da ociosidade do espírito. A transgressão que se esvazia no grito de desespero de indivíduos vitimados por uma sociedade decadente não é objeto da estética, mas da psicanálise. O artista empreende uma transgressão comprometida como o homem, a cultura e a sociedade, sendo esse compromisso que o vai aproximar ou distanciar de outras formas de inadequação à realidade estabelecida.

Fernando Pessoa apontou, como um dos equívocos sugeridos pela ideologia romântica, a confusão entre o poeta e o pirado:

“O verdadeiro perigo do romantismo é que os princípios por que se rege ou diz reger são de natureza a que os possa invocar qualquer [pessoa], para conferir a si próprio a categoria de artista. Tomar a ânsia de uma felicidade inatingível, a angústia dos sonhos irrealizados, a inapetência ante a ação e a vida, como critério definidor do gênio ou do talento, imediatamente facilita a todo indivíduo que sente aquela ânsia, sofre daquela angústia, e é presa daquela inape-

tência, o convencimento de que é uma individualidade interessante, que o Destino, fadando-a para aquelas ânsias, aqueles sofrimentos, e aquelas impossibilidades, implicitamente fadou para a grandeza intelectual”. (Pessoa, 1976, p. 292)

Para o autor de *Mensagem*, o entendimento da natureza da arte é prejudicado por uma falsa concepção “que permite que o primeiro histérico ou o mais reles dos neurastênicos se arrogue o direito de ser poeta pelas razões, que, de *per si*, só lhe dão o direito de se considerar histérico ou neurastênico”. (Idem, *ibidem*)

Língua e arte são modos diferentes de perceber a realidade, cabendo ao artista o papel de ampliar a percepção que é oferecida ao seu povo pela língua materna. Esse compromisso foi percebido por T. S. Eliot ao identificar a língua com a própria consciência social:

“Podemos dizer que o dever do poeta, como poeta, é só indiretamente voltado para seu povo: seu dever direto é para com sua *língua*, que lhe cabe em primeiro lugar preservar, e em segundo ampliar e melhorar. Ao expressar o que os outros sentem, ele



está também modificando o sentimento, tornando-o mais consciente: está fazendo com que as pessoas percebam melhor o que sentem, ensinando-lhes, portanto, algo a respeito de si mesmas. Mas ele não é apenas uma pessoa mais consciente do que as outras; é, também, individualmente diferente das outras pessoas, e também dos outros poetas, e pode fazer com que seus leitores compartilhem conscientemente novas sensações ainda não vivenciadas. Essa é a diferença entre o escritor meramente excêntrico ou louco e o poeta de gênio. O primeiro pode ter sensações únicas mas não partilháveis, e, portanto, inúteis; o segundo descobre novas variações de sensibilidade que podem ser utilizadas por outros. E ao expressá-las ele está desenvolvendo e enriquecendo a língua que fala”. (Eliot, 1972, p. 35)

A primeira reação de um leitor de formação linguística ortodoxamente estruturalista ao se deparar com este texto do autor de *The Waste Land* é censurar expressões como “ampliar e melhorar” ou “desenvolvendo e enriquecendo a língua”. Tal reação deixa de ter sentido quando observamos que, para Eliot, a língua

não se reduz aos sistemas puros, mas é um todo – é a própria consciência do falante.

Retornando ao trecho acima citado, é portanto a finalidade do seu trabalho que caracteriza a atividade do artista; a sua consciência de compromisso para com o homem e, de um modo geral, a sua ideologia vão representar o ponto de partida da criação estética. Toda obra de arte é ideológica, nascendo da consciência e da responsabilidade do criador.

No caso da língua social ou das semióticas pragmáticas, a ideologia é menos consciente, sendo, portanto, mais difícil a detecção da natureza ideológica do discurso. A ideologia individual cede lugar à ideologia coletiva, o que dificulta o seu desmascaramento. Roberto Cardoso de Oliveira, estudando problemas de etnia e estrutura social, no artigo “Um conceito antropológico de identidade”, afirma que “a identidade social, ela própria é uma ideologia e uma forma de representação coletiva”. (Oliveira, 1976, p. 39)

Se ideologia, identidade social e representação coletiva se confundem, ou, mais precisamente, se amalgamam, a língua, que é a consciência prática do homem, está comprometida com a ideologia e a cultura do seu povo.

## A IDEOLOGIA DA LINGUAGEM E A CRIAÇÃO LITERÁRIA

A discussão que se inicia com o presente título é uma retomada das ideias desenvolvidas em artigo publicado com o mesmo nome na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*. (Seixas, 1979, p. 153)

A linguagem poética, constituída não apenas pelos elementos linguísticos do texto, mas pelo conjunto de recursos utilizados na narrativa, na descrição ou na representação direta, manifesta maior independência com relação à cultura do grupo social do emissor da mensagem que o discurso pragmático ou cotidiano. Enquanto o ato linguístico comunicativo está diretamente comprometido com a sociedade em função da qual é elaborado, o discurso literário se processa no sentido de desvincular sua formação dessa base condicionante. Se o discurso pragmático, porque visa à comunicação entre os homens, é cada vez mais automatizado pelos processos sociais estabelecidos, o discurso poético, porque se sustenta na reflexão crítica, perde em extensão informativa para se aprofundar na compreensão do objeto ou dos objetos que constituem o universo humano.

Aristóteles submete a poética às leis do *verossímil*, balizando os outros discursos pelo plano do *verdadeiro*: enquanto as ciências se ocupam do que acontece, a arte trata do que é possível acontecer, segundo a verossimilhança. Uma semiótica pragmática está presa à realidade tal como é, enquanto uma semiótica estética busca o que poderia ser. Para o filósofo,

“não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa), – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois se refere àquela principalmente o universal, a esta o particular. Por ‘referir-se ao universal’ entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convém a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcebíades ou o que lhe aconteceu”. (*Poética*, 1451a 36)

Segundo diz o estagirita, na mesma passagem, “não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade.”

Marx e Engels, por outro lado, reconhecem a natureza autônoma da literatura, que em alguns momentos históricos se distancia da sociedade que lhe serviu de base material. Com isso, eles não se referem a uma arte alienada do seu tempo e do seu espaço, mas reconhecem o papel de modificadora desse tempo e desse espaço, através de uma transgressão do estabelecido.

Os próprios fins do discurso poético exigem uma natureza dialética, fazendo com que ele não forme o universo do mesmo modo que o discurso pragmático. A necessidade da fala, no trato social, de se referir a objetos sobre os quais há uma concordância estabelecida pela comunidade, reduz a iniciativa pessoal. Já o texto poético, por se referir ao verossímil e visar o não-estabelecido, não tem um referente predeterminado.

No conhecido triângulo de Ogden e Richards, o *símbolo* se refere ao *pensamento* ou *referência* e não ao *referente* (ou objeto):

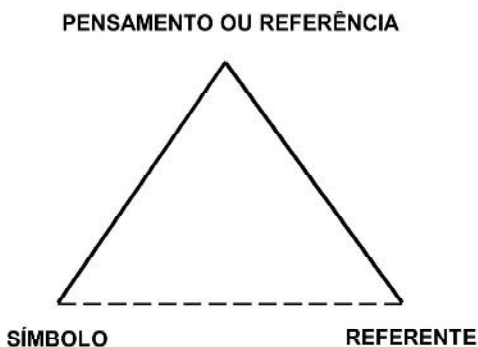


FIGURA: TRIÂNGULO DE OGDEN E RICHARDS

Para os autores de *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo* há uma relação entre o símbolo e a referência, e entre essa e o referente; mas entre “o símbolo e o referente não existe qualquer relação pertinente a não ser uma indireta, que consiste em seu uso por alguém para representar o referente. (Ogden & Richards, 1923, p. 32)

Observe-se que, para esses autores, *símbolo* não é uma *função* ou um todo formado por *expressão e conteúdo*, como o *signo* de Saussure, que possui um *significante* e um *significado*. *Símbolo*, portanto, não equivale a *signo*, mas a

*significante*. De tal forma, a expressão “androide”, por exemplo, não está diretamente associada a um ser produzido em laboratório, mas à ideia que o grupo falante faz desse ser. De igual modo, a denominação “castanho” está vinculada ao pensamento de um grupo, ao conceito que ele tem dessa cor, pois a divisão das cores pode não ter equivalência de uma cultura linguística para outra. Em termos saussurianos, a ligação entre o *significante* e o objeto é arbitrária, mas passa a ser aceita a partir de uma convenção dos usuários da língua. Se, no caso das semióticas pragmáticas, há a necessidade de uma convenção mais ou menos rígida para que um significante evoque um objeto determinado, compreendido pelo *significado*, no caso das semióticas estéticas o significado não está tão definido a ponto de compreender determinados objetos. Por isso, é preferível falar de um *significando* poético, e não de um *significado*, termo que responde apenas à língua, enquanto instrumento essencialmente social. “O signo linguístico, é sincronicamente estável, fruto de um acordo entre os falantes, de cuja aceitação depende qualquer alteração da sua estabilidade. Natureza oposta caracteriza o poético, que é inacabado, aberto e autocons-

tituído de mobilidade constante. Observemos que enquanto o signo linguístico é de criação coletiva – seu conteúdo é formado por unidades comuns, e sua expressão, por um conjunto de elementos formado arbitrariamente e denominado significante – o signo poético é de criação individual, particular”. (Seixas, 1977, p. 7) A diferença residiria no modo de formar, no corte dado à realidade: se apreendida através da língua ou através da arte.

O idealismo deu especial ênfase ao fator subjetivo como responsável pela formação dos objetos do conhecimento; por outro lado, o materialismo ortodoxo dificultou a percepção da atividade humana como prática, cabendo a uma forma de materialismo menos rígida, o dialético, repensar o problema nos termos atualmente aceitos. Karl Marx, na primeira das onze teses sobre Feuerbach, onde antecipa de modo sintético os fundamentos da filosofia da práxis, critica o materialismo por ter negligenciado a parte subjetiva do conhecimento. Para o autor de *O capital*, o erro fundamental do materialismo anteriormente pensado reside em só captar a *coisa* (*Gegenstand*), a materialidade, o sensível sob a forma de *objeto* (*Objekt*) não percebendo essa realidade enquanto atividade



humana sensível, como prática, isto é, também de modo subjetivo.

Atualmente – apesar da revisão crítica e dialética do materialismo empreendida tanto por Marx quanto por Engels –, o materialismo radical e outras correntes científicas e mecanicistas, como parte do estruturalismo linguístico, desconhecem o papel desempenhado pelas formas da subjetividade no processo do conhecimento. Consequentemente, para esses cientistas, a ideologia deixa de ser vista como constituinte responsável pela formação da realidade no processo do conhecimento humano através da linguagem.

Muito sintomaticamente, em 1950, Stálin publicava uma longa entrevista no *Pravda*, negando a concepção de Yakovlevich Marr e seus seguidores, segundo a qual a língua é um fenômeno de classe. Para o ditador, não se pode falar de uma língua da classe burguesa, em oposição à do proletariado, pois, para ele, a língua não é uma superestrutura, mas uma entidade distinta dos demais elementos constituintes da cultura. Esse ponto de vista contraria frontalmente a descrição das superestruturas feita por Marx e Engels; e se prende exclusivamente às circunstâncias e aos objetivos tidos em mira

por Stálin: a sua intervenção pretendia resolver o problema da organização de uma gramática a ser adotada pelos órgãos oficiais de educação sob o regime de força.

Ele confundia a *gramática* de uma língua com a gramática expositiva ou normativa elaborada para fins de uma política ou de uma polícia educacional, terminando ainda por negar as variações que constituem o objeto dos atuais estudos sociolinguísticos. Assim, a intervenção de Stálin pode ser defendida do ponto de vista de “uma política do idioma” – para adotarmos a expressão de Celso Cunha –, ou de uma “polícia do idioma”, como ainda pensa em muitas situações uma parte da esquerda não dialética, para a qual os fins justificam os meios; mas não do ponto de vista linguístico. Um sociolinguista recusaria imediatamente a afirmação de Stálin segundo a qual “a língua e a cultura são duas coisas diferentes. A cultura pode ser burguesa ou socialista, enquanto que a língua, como meio de comunicação entre os homens, é sempre comum a todo o povo”. (Stálin apud Marcellesi & Gardin, 1975, p. 86) Neste livro, *Introdução à sociolinguística: a linguística social*, estão transcritos alguns textos sobre a linguagem decretados por Stálin,

sob os títulos “Língua e superestruturas”, “A língua, instrumento do povo inteiro”, “Língua e produção”, “Língua e classe” e “A língua e a cultura são duas coisas diferentes”.

Dentro de um rigor dialético, como o reclamado por Engels, para os novos marxistas, após a morte de Marx, a linguagem verbal deve ser considerada como constituinte e resultado da cultura, como super e infraestrutural, ao mesmo tempo. Cabe aqui citar as palavras de Wilhelm Reich, ao resumir um dos princípios essenciais do materialismo dialético: “Toda a causa de um determinado efeito é ao mesmo tempo efeito deste último que age como causa. Não existe apenas ação recíproca de fenômenos nitidamente separados, mas interpenetração destes fenômenos, ação e reação de um sobre o outro.” (Reich, 1977, p. 72)

Como estes princípios não dizem respeito apenas a um objeto, mas a todos, a língua não pode ser vista como um fato único, que obedece a princípios diferentes daqueles que regem os demais fatos verificados pelo homem. Tanto Stálin quanto alguns estruturalistas mecanicistas tratam a língua como um item isolado do conjunto dos demais fatos sociais, aceitando a possibilidade de ela se nortear por

outros princípios que não aqueles verificados nas relações sociais do homem.

A língua está sujeita à dialética, já que não existe nenhuma razão para ela, e apenas ela, ser diferente de tudo o quanto se verifica na sociedade; logo ela que é a base da condição racional do ser humano. Segundo o mesmo Reich: “A dialética não é apenas uma forma do pensamento: existe na matéria independentemente do pensamento; por outras palavras, o movimento da matéria é objetivamente dialético”. (Idem, p. 68.)

A antidialética da língua pretendida por Stálin se revela em outro momento – citado por Carlos Vogt, que rejeita o ponto de vista stalinista –, quando o chefe do Partido diz que a língua “permanece, antes e depois de qualquer revolução, como atributo do homem comunicante, garantindo-lhe uma natureza cuja história é autônoma e cuja temporalidade é a da repetição circular de si mesma”. (Stálin apud Vogt, 1977, p. 4) Daí se depreende que ele via a língua como um sistema formal fechado, mero inventário de nomes e etiquetas atribuíveis aos objetos do conhecimento.

Para maior esclarecimento, convém a leitura do texto de Vogt. Consultamos uma edição policopiada, destinada a uso acadêmico da

Unicamp. Tanto aí quanto no livro de Marcellesi & Gardin acima citado se encontram algumas fontes bibliográficas essenciais para o estudo do problema.

A perspectiva de Stálin filia-se a uma concepção da língua pouco aceitável e já recusada por Locke no século XVII numa das suas obras fundamentais, o *Ensaio sobre o conhecimento humano*, da qual todos os onze capítulos do livro terceiro são dedicados ao estudo da linguagem. Esse pensador empirista insiste no fato de as palavras não se referirem aos objetos, mas às ideias que as pessoas fazem de tais objetos, antecipando o postulado de Saussure. Para Locke, o conteúdo de uma palavra não contém as qualidades do objeto representado, mas a experiência dos indivíduos falantes em relação ao mesmo. O significado é construído graças ao saber acumulado da cultura humana e não como depositário da substância ou das qualidades do objeto que lhe vão atribuir significado. Essa concepção de Locke se aproxima muito de alguns pressupostos de Hegel e de Marx, funcionando como um bom argumento para recusar as ideias linguísticas de Stálin, e sublinhar, ao mesmo tempo, os seus rompantes impositivos e o seu desacordo com o marxismo nas suas fontes.

Os homens vão acumulando as palavras de novos traços extraídos da sua experiência. Assim, por exemplo, o significado de “neve” não é o mesmo para um esquimó e para um sertanejo, como já discutimos em outro capítulo deste livro. A exemplificação dada por Locke para demonstrar como as palavras são sinais das ideias, e não dos objetos, permanece atual e nos auxilia na construção da hipótese da natureza ideológica da linguagem:

“Tendo uma criança nada observado num metal que ouve ser designado de *ouro*, exceto a brilhante cor amarela, aplica a palavra ‘ouro’ apenas à sua própria ideia dessa *cor*, e nada mais, e portanto denomina a cor da cauda do pavão de ouro. Outra que observou melhor acrescenta ao brilhante amarelo um grande peso, e, então, o som ‘ouro’, quando o usa, significa uma ideia complexa de amarelo brilhante e substância de muito peso. Outra acrescenta a essas qualidades fusibilidade, e, então, a palavra ‘ouro’ significa um corpo brilhante, amarelo, fusível e muito pesado. Outra acrescenta maleabilidade. Cada uma dessas usa igualmente a palavra ‘ouro’, quando tem oportunidade

para expressar a ideia que aplicou a isso, mas é evidente que cada uma pode aplicá-la apenas à sua própria ideia, e não pode fazer significar um sinal de uma tal ideia complexa que ela não possui.” (Locke, 1690, Livro III, cap. II, item 3)

Nessa obra, o médico e filósofo empirista argumenta que nem os princípios nem as ideias são inatos, tese que vai ocupar o Livro I. Observe-se, a propósito, que a gramática gerativa e transformacional, apesar de tentar adotar o empirismo na linguística aplicada, é basicamente uma gramática mentalista e, por conseguinte, parte do pressuposto segundo o qual as ideias são inatas. Ao longo deste nosso trabalho, procuramos sublinhar tais contradições dos estruturalismos linguísticos; tanto o estruturalismo dos autores ditos saussureanos quanto o de Chomsky, na qualidade de intelectual dos mais importantes da transição do século XX para o XXI, tanto na linguística quanto nas relações culturais.

Acompanhando o raciocínio de John Locke, podemos entender melhor por que se afirma que conhecer a palavra é, de certa forma, conhecer o objeto – razão pela qual o nome das

coisas exerce tanto fascínio sobre alguns espíritos. A outra vantagem dessa concepção é tomar o objeto do conhecimento linguístico não apenas enquanto materialidade, mas como atividade humana sensível, como *práxis*; tornando-se evidente, portanto, a natureza condicionada e ideológica não só da linguagem como do próprio conhecimento.

Contrária à redução da língua defendida por Stálin, ao negar o seu caráter de classe e ideológico, é a afirmação de Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, segundo a qual a produção de ideias e da consciência está diretamente ligada à atividade material dos homens e às suas relações. Para os autores dessa obra fundamental para a constituição do marxismo, não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. E, deixando inteiramente claro que tanto a consciência humana quanto a linguagem são condicionadas pela realidade e pelas circunstâncias às quais o homem está submetido, Marx e Engels invalidam nesta passagem os argumentos posteriores de Stálin, ao defender o caráter “puro”, independente da classe e das condições sociais, da linguagem. Observemos as palavras textuais de Marx e Engels:



“Mas não se trata de uma consciência que seja de antemão consciência ‘pura’. Desde sempre pesa sobre o ‘espírito’ a maldição de estar ‘imbuído’ de uma matéria que aqui se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, numa palavra, sob a forma da linguagem. A linguagem é tão velha como a consciência: é a consciência real, prática, que existe também para outros homens e portanto existe igualmente só para mim e, tal como a consciência, só surge com a necessidade, as exigências dos contactos com os outros homens.” (Marx & Engels, 1845a, p. 36)

Da mesma maneira que Stálin, o idealismo mecanicista em que se constitui o estruturalismo, por compreender o fenômeno linguístico como mera concretização do sistema, terminou por negligenciar o papel desempenhado pela ideologia enquanto elemento formativo da linguagem. Como a atenção dos estudiosos de algumas tendências estruturalistas foi deslocada da *práxis*, ou do *processo*, para as possibilidades sistemáticas – ou do *desempenho* para a *competência* –, os elementos subjetivos referentes à atividade humana e social não foram devidamente levados em conta.

O estruturalismo linguístico, na maioria das suas manifestações – apesar de idealista e platônico, na concepção da forma como essência, independente da matéria e da atividade –, abandona um aspecto importante do idealismo filosófico que, graças à influência de Hegel, foi destacado com grande ênfase pelo materialismo dialético: o papel da subjetividade, enquanto fato socialmente determinado e, portanto, dialeticamente objetivo, no fazer humano. Se considerarmos a forte influência positivista do estruturalismo, compreenderemos melhor essa contradição dos linguistas platônicos e cientificistas. Saussure, por exemplo, iniciador da principal linha estruturalista, concilia o idealismo com a sua formação neogramática. Sapir, para falarmos também do estruturalismo americano, foi um idealista que se deixou influenciar pelo neopositivismo dos lógicos e cientistas americanos e ingleses. Podemos mesmo dizer que o estruturalismo linguístico, apesar de ter nascido em condições diversas e em países diferentes, encontra a sua unidade enquanto resultado de uma crise filosófica que gerou o seu caráter contraditório: ser, ao mesmo tempo, platônico, idealista, cientificista, positivista etc. Isso não implica,

no entanto, que a sua contribuição seja invalidada, do mesmo modo que a sua enorme importância não nos obriga a aceitar as contradições e exageros verificados.

A própria visão de sistema, na concepção estruturalista, está comprometida com a parcialidade, deixando de compreender um todo funcional para se referir apenas a uma abstração, a uma força distinta do processo. Não é o processo que contém em si o sistema, mas é o sistema que determina o processo; assim pensam os linguistas e os filósofos da linguagem estruturalistas, que terminaram por comprometer a noção de sistema a uma espécie de “sopro primordial” ou, por outro lado, a uma espécie de gramática interiorizada pelo falante ou apreendida pelo observador. Não convém ao estruturalismo compreender o sistema como um conjunto formado pelo ato linguístico concreto e pelas normas (no sentido atribuído por Coseriu) que possibilitam o ordenamento desses atos.

Assim como o pensamento racionalista de inspiração cartesiana separa o corpo do espírito, a linguística estrutural opõe a fala à língua, talvez sem se dar conta de que essa oposição é um tributo pago às suas filosofias inspiradoras. A teoria da linguagem estruturalista, de um

modo geral, preocupa-se demasiadamente com o *poder ser*, negligenciando as implicações reais do *ser*. Para se fazer coerente com o idealismo platônico, entrincheira-se na *essência*, na *forma*, deixando de lado o processo concreto e total de realização da linguagem. O conceito de *imanência* linguística proposto não passa de uma tentativa de redução do objeto à condição de *esquema* (no sentido hjelmsleviano), considerando *transcendente* a língua enquanto fazer humano real e concreto. Somente com a sociolinguística – que, embora adote métodos e técnicas estruturais, se opõe frontalmente à orientação contraditória aqui discutida – o conceito de imanência linguística foi ampliado, permitindo a inclusão de fatos da língua anteriormente considerados de interesse extralinguístico.

Em vista do que foi discutido – e recolocando o problema nos termos atualmente aceitos, após a análise dos equívocos de certo materialismo (stalinista) e do idealismo mecanicista –, como então negar a condição ideológica da linguagem sem negar ao próprio homem tal condição; sem alienar o ser humano à problemática do tempo e do espaço que o cercam e o constituem como tal?

Se o marxismo considera o homem *situado e datado*, isto é, determinado pelas relações sociais do tempo e do lugar onde vive, a posição defendida por Stálin para negar o caráter ideológico e de classe da linguagem se aproxima mais do estruturalismo que dos princípios filosóficos do marxismo.

Contrária a esse “estruturalismo stalinista” é a teoria da linguagem de Adam Schaff, que recusa o materialismo vulgar e o realismo ingênuo, em favor de um pensamento fundamentalmente dialético – que caracteriza a obra desse filósofo cuja grandeza ainda é tão pouco reconhecida, inclusive no âmbito do próprio marxismo.

Próxima à concepção de Schaff, que adotamos neste ensaio, é a de Antonio Gramsci, no livro originalmente intitulado *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*, quando afirma:

“Pode-se dizer, eu creio, que ‘linguagem’ é essencialmente um nome coletivo: ele não pressupõe uma coisa ‘única’, nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum) e, portanto, o fato ‘lin-

guagem' é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir." (Gramsci, 1978, p. 36)

Esse filósofo essencial do marxismo na Itália critica os pragmatistas, referindo-se particularmente a G. Vailati, autor de *A linguagem como obstáculo à eliminação de contrastes ilusórios*. Concorda, no entanto, com alguns pontos de vista do pragmatismo, especialmente quando afirma, complementando a citação acima:

"A cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, em contato mais ou menos expressivo, que se entendem entre si em diversos graus, etc. São estas diferenças e distinções histórico-sociais que se refletem na linguagem comum, produzindo os 'obstáculos' e as causas de 'erro' das quais os pragmatistas trataram." (Idem)

O reconhecimento da linguagem como cultura e, simultaneamente, como modo pessoal

de sentir e pensar, a que Gramsci se refere, leva ao conceito de *idioleto*, se não reduzirmos o fenômeno *idioletal* à simples modificação da *expressão* linguística, que não afeta o seu *conteúdo*, em relação à unidade *língua* ou à unidade *dialeto*.

Como a língua é frequentemente reduzida pelo estruturalismo a um sistema de denominação dos objetos quando não se reconhece a sua função cognoscitiva, a noção de idioleto foi contestada por Jakobson, num informe apresentado à Conferência de Antropólogos e Linguistas realizada em 1952, na Universidade de Indiana:

“Foi com o costumeiro grande interesse que li o artigo sobre o *idioleto*, distribuído pelo meu velho amigo C. F. Hockett. Este artigo confina o idioleto aos hábitos que caracterizam o falar de um único indivíduo num dado momento e exclui tudo o que, nos hábitos linguísticos deste indivíduo, se refere à compreensão do discurso dos outros. Se todas as minhas comunicações em Cambridge por um longo período fossem observadas e gravadas, jamais me ouviriam pronunciar a palavra ‘idioleto’. E agora, en-

tretanto, como me dirijo aos senhores, eu a emprego, porque me adapto à linguagem de meus adversários potenciais, à de Hockett por exemplo. E, do mesmo modo, emprego muitas outras palavras. Quando fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta sempre, deliberada ou involuntariamente, alcançar um vocabulário comum: seja para agradar, ou simplesmente, para ser compreendida ou, enfim, para livrar-se dele, empregam-se os termos do destinatário. A propriedade privada no domínio da linguagem não existe: tudo é socializado. O intercâmbio verbal, como qualquer forma de relação humana, requer, pelo menos, dois interlocutores: o idioleto é, afinal, uma ficção algo perversa.” (Jakobson, 1971, “A linguagem comum dos linguistas e dos antropólogos”, p. 22-23)

Pensamos aqui em idioleto como uma variação, com relação à linguagem do grupo no qual o indivíduo se insere, no plano da expressão e no plano do conteúdo (ver Cap. VIII), como expressão e conteúdos próprios de cada indivíduo.

A ideologia individual formada no (e pelo) idioleto mantém relações de dependência, ou



de interdependência, com o dialeto e a língua da sua comunidade, sendo, por isso mesmo, de natureza diferente da ideologia da linguagem poética. Enquanto a linguagem poética visa, intencionalmente, subverter a construção do mundo empreendida pela linguagem usual, as formas pessoais de expressão e conteúdo linguísticos não passam de manifestações e concepções do todo social ao qual se filiam.

Como bem observou Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia*, a tese principal da sociologia do conhecimento dá conta da existência de modos de pensamento que não podem ser entendidos sem a compreensão das suas origens sociais. Na verdade, apenas o indivíduo é capaz de pensar – e não o grupo –, mas não podemos explicar todas as ideias e todos os pensamentos do indivíduo se tomarmos apenas as suas experiências pessoais.

É portanto, a sociedade que determina o pensamento individual. Segundo Mannheim:

“Da mesma forma, como seria incorreto tentar derivar uma linguagem apenas da observação de um só indivíduo, que fala uma linguagem que não é somente dele, mas, antes, é a de seus contemporâneos e prede-

cessores que para ele prepararam o caminho, é também incorreto explicar-se a totalidade de uma perspectiva com a referência exclusiva à sua gênese na mente do indivíduo. Somente num sentido muito limitado o indivíduo cria por si mesmo um modo de falar e de pensar que lhe atribuímos. Ele fala a linguagem do seu grupo; pensa do modo que seu grupo pensa. Encontra à sua disposição somente certas palavras e seus significados. Estas não apenas determinam em um sentido amplo os caminhos de abordagem ao mundo que o envolve, mas igualmente mostram, e ao mesmo tempo, de que ângulo e em que contexto de atividades os objetos foram anteriormente perceptíveis e acessíveis ao grupo ou ao indivíduo.” (Mannheim, 1986, p. 30)

A natureza da linguagem assegura o seu comprometimento com a ideologia e a cultura do grupo falante, submetendo o indivíduo à sua influência. Bacon (1620) destacou os *ídola fori*, ou ídolos do discurso, como um dos mais sérios empecilhos que se colocam entre o homem e o conhecimento objetivo da realidade: as palavras estão de tal forma condicionadas

por uma ideologia tida como ‘a verdadeira concepção do mundo’ que se torna cada vez mais difícil o seu desmascaramento. O *Novum organum* pretende dar ao homem, e principalmente ao cientista, os meios indispensáveis para a compreensão da natureza, sem a intervenção desses *ídolos* que “alteram” o conhecimento humano.

A arte é um modo de percepção da realidade oposto à ciência, mas também diverso da percepção social, através da língua. Quando o artista abandona as formulações práticas da sua cultura, está, de certo modo, tentando escapar à influência dos *ídola*, formando a realidade, não mais de acordo com as semióticas pragmáticas de origem social, e sim através de uma semiótica estética, quer seja o poema, o romance, a escultura, a dança ou outra obra de arte qualquer.

Umberto Eco, no ensaio “Do modo de formar como compromisso com a realidade”, examina a obra de arte apresentando propostas conceituais que explicitam suficientemente os pontos de vista aqui discutidos. Segundo ele, o artista forja uma nova linguagem quando compreende que a linguagem existente “alienou-se na situação da qual nasceu para servir-

lhe como meio de expressão” (Eco, 1962, p. 272) e acredita que, aceitar essa linguagem, significa, implicitamente, estar aceitando as formas ditadas pela situação que se tenta subverter.

Como a linguagem está comprometida com o modo de pensar e de formar do grupo falante, a elaboração de uma nova linguagem traz a marca ideológica de quem a cria, como se pode verificar no caso específico da obra literária. A ideologia anticlericalista de Alexandre Herculano, por exemplo, nas *Lendas e narrativas*, está presente na sua linguagem de narrador ou nas falas dos personagens, como um sistema semiológico conotativo. Isso porque as divergências do autor de *O bispo negro* com o clero deixaram gravadas na escolha vocabular, na ampliação ou redução semântica dos termos ou nos recursos estruturais da narrativa as marcas da sua visão de mundo, conflitante com aquela estabelecida e defendida pela Igreja. Outro exemplo facilmente compreensível pode ser dado através de um paralelo da linguagem de Mário de Andrade com a de Rui Barbosa, onde duas ideologias opostas conduzem a realizações linguísticas diferentes. A leitura dos textos da *Réplica* e da *Tréplica*, de Ernesto

Carneiro Ribeiro e de Rui, na época da célebre contenda gramatical travada entre os dois baianos, em confronto com as considerações a respeito de problemas linguísticos nos artigos de Mário de Andrade, explicita a natureza ideológica das linguagens do jurista e do poeta. As ideias teóricas expostas por ambos confirmam a impressão causada no leitor dos seus textos retóricos e poéticos. Em síntese: quem lê um poema de Mário de Andrade e uma oração de Rui Barbosa flagra, pelo simples uso do idioma, alguns dos pontos de vista dos autores, pois a linguagem denuncia a ideologia e a visão de mundo do indivíduo.

Para melhor compreensão desse problema, é conveniente observarmos a afirmação de Umberto Eco, segundo a qual, no momento em que o artista toma consciência de que o sistema comunicativo em vigor é estranho à situação histórica da qual deseja falar, só poderá expressá-la através da adoção – ou invenção – de estruturas capazes de figurar como modelo da nova situação. Desse modo, o “verdadeiro *conteúdo* da obra torna-se o *seu modo de ver o mundo* e de julgá-lo, traduzido em *modo de formar*”. (Eco, 1962, p. 274)

Mais adiante, na mesma página, Eco observa que só é possível discorrer sobre uma situ-

ação se se penetra nela e adota seus instrumentos de expressão. E referindo-se à obra de arte:

“A maneira pela qual ela se formou não pode deixar de remeter-nos ao mundo cultural que nela transparece, exemplificando na medida mais completa e orgânica possível. Onde quer que se realize uma forma, temos uma operação consciente sobre material amorfo reduzido ao domínio humano. Para dominar esta matéria foi preciso que o artista a ‘compreendesse’: compreendendo-a, não pode ter-se deixado aprisionar por ela, qualquer que seja o juízo sobre ela expresso.” (Idem, *ibidem*)

Podemos dizer então que, paralelo à *substância do conteúdo* depreendida do texto literário, um outro conteúdo, consubstanciado nas formas da obra poética, se impõe à leitura: a ideologia do criador, enquanto *forma do conteúdo*.

É possível identificar a *forma do conteúdo*, da qual nos fala Hjelmslev, com a ideologia do criador: as observações de Eco na nota precedente tornam a identificação ainda mais sustentável. Por outro lado, é possível aceitar a ideologia como qualquer coisa de inseparável

da linguagem, uma vez que toda linguagem tem a sua ideologia. A ideologia transgressora da obra literária distingue essa linguagem da linguagem falada pelos membros de uma sociedade. Enquanto toda a gente fala a língua do seu espaço e do seu tempo, a arte busca a intemporalidade ou a universalidade reclamada por Aristóteles, ao afirmar que a poesia se refere ao universal e a história, ao particular. Por isso, como acrescenta Eduardo Portella,

“a poesia transcende a época, e só a exprime quando integra a estrutura unitária do tempo, quando é simultaneamente futuro, presente e passado. Veja-se a atualidade das tragédias gregas. Se a palavra poética permanecesse submetida à época, jamais a expressaria; seria apenas a sua expressão passiva – como se a época não fosse também o seu contorno.” (Portella, 1974, p. 130)

A natureza específica da concepção do mundo pelo artista é, por si mesma, uma recriação da realidade, de modo que podemos identificar a ideologia da linguagem como criação literária, pois essa ideologia se desvincula das concepções estabelecidas e aceitas pela massa.

E a obra de arte é um modo novo e contraditório de ver o mundo, a ideologia da linguagem é o elemento básico e essencial do processo de criação. Por isso, o signo poético não é um signo civilizado, mas um signo selvagem.

Existente apenas enquanto processo dialético, o poético recusa qualquer sistema prévio: se completado, esgotado, é incorporado à redundância do consumo. Drummond: *leitura de relâmpago cifrado, que, decifrado, nada mais existe*. Recusando-se à captura, à aculturação e à condição civilizada, que a todos nós cada vez mais avilta e contagia, a criação poética – última resistência da liberdade humana – constrói para si e se autoconstrói através do signo selvagem. (Seixas, 1978e, p. 133)



## REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Ideologia, in —: *Dicionário de filosofia* [Dizionario di filosofia], trad. Alfredo Bosi et alii. São Paulo, Mestre Jou, 1970, p. 506-508.
- AGOSTINHO, Pedro. *Kwarip: mito e ritual no Alto Xingu*. São Paulo, Pedagógica e Universitária/USP, 1974, 246 p.
- AGOSTINHO, Santo (388). De magistro, in —: *Ospensadores*. 2ª ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 289-324.
- ALBERT, Hans. Ideologia e metodologia: o problema da justificação e da crítica da ideologia, in —: *Tratado da razão crítica* [Traktat über Kritische Vernunft], trad. Idalina A. da Silva et alii. Rio, Tempo Brasileiro, 1976, p. 110-114.
- ALBERT, Hans. O problema da ideologia em perspectiva criticista, in —: *Tratado da razão crítica* [Traktat über Kritische Vernunft], trad. Idalina A. da Silva et alii. Rio, Tempo Brasileiro, 1976, p. 410-414.

---

Incluem-se neste item tanto as referências às obras citadas nos cinco volumes de *Linguagem, cultura e ideologia*, quanto a bibliografia geral consultada e não referenciada.

- ALBERT, Hans. Pensamento analítico: a filosofia como análise da linguagem, In —: *Tratado da razão crítica* [Traktat über Kritische Vernunft], trad. Idalina A. da Silva et alii. Rio, Tempo Brasileiro, 1976, p. 172-177.
- ANDRADE, Mário. (1940) A língua radiofônica, in —: *O empalhador de passarinho*, 3ª ed., São Paulo, Martins/INL, 1972, p. 205-210.
- ANDRADE, Mário. A língua viva, in —: *O empalhador de passarinho*, 3ª ed., São Paulo, Martins/INL, 1972, p. 211-215.
- ANDRADE, Mário. O baile dos pronomes, in —: *O empalhador de passarinho*, 3ª ed., São Paulo, Martins/INL, 1972, p. 263.265.
- AQUINO, Sto. Tomás de. Ver: Tomás de Aquino, Santo.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*, trad. Leonel Vellandro. Porto Alegre, Globo, 1969, 212 p. (Biblioteca dos séculos)
- ARISTÓTELES (335 a. C). *Poética*, trad., comentários e notas de Eudoro de Souza. Porto Alegre, Globo, 1966, 266 p. (Biblioteca dos séculos)
- BACON, Francis (1620). *Novum organum. Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza* [Pars secunda operis quae dicitur novum organum sive indicia vera de interpretatione naturae], trad. José Aluysio R. de Andrade, in Francis Bacon, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1973, p. 7-237.
- BAKHTIN, Mikhail (1929): *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem [Marksizm i filosofija jazyka]; trad. (da ed. francesa) Michel Lahud et alii; prefácio de Roman Jakobson. São Paulo, Hucitec, 1979, 182 p.
- BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de lingüística moderna*. São Paulo, Nacional/USP, 1971, 152 p.
- BRIGHT, William. Dialeto social e história da linguagem [Social dialect and language history], trad. Elizabeth

- Neffa, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves, *Sociolingüística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 41-47.
- BRIGHT, William. Las dimensiones de la sociolingüística, in Paul Garvin & Yolanda Lastra Suárez, *Antología de estudios de etnolingüística y sociolingüística*. México, Universidad Nacional Autónoma, instituto de Investigaciones Antropológicas, 1974, p. 179-202.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. Rio, J. Ozon, 1974, 410 p.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Estrutura da língua portuguesa, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1972, 118 p.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. O estruturalismo lingüístico. *Revista Tempo Brasileiro. Estruturalismo*, 3ª ed., Rio, Tempo Brasileiro, nos. 15/16, 1973, p. 5-43.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral*. Como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa, 4,a ed., Rio, Acadêmica, 1973, 334 p.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Prefácio do tradutor. In: SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala* [Language: an introduction to the study of speech], trad. Mattoso Câmara Jr. Rio, Instituto Nacional do Livro, 1954, 232 p.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. Roman Jakobson e a lingüística, in Jakobson, *Lingüística. Poética. Cinema*. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 165-174 (Debates 22).
- CAMPOS, Haroldo de. O poeta da lingüística, in Jakobson, *Lingüística. Poética. Cinema*. São Paulo, Perspectiva, 1970, p. 183-193 (Debates 22).
- CASSIRER, Ernst (1944). *Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana* [An essay on man. An introduction to a philosophy on human culture], trad. Vicente Queiroz, 2ª ed. São Paulo, Mestre Jou, 1977, 280 p.
- CASSIRER, Ernst (1923). *La Philosophie des formes symboliques*; v. 1: *Le Language*. Paris, Minuit, 1953, 353 p.

- CASSIRER, Ernst (1923). *La Philosophie des formes symboliques*; v. 2: *La pensée mythique*. Paris, Minuit, 1953, 344 p.
- CASSIRER, Ernst (1925). *Linguagem e mito* [Sprache und Mythos: Ein Beitrag zum Problem der Goettemamen], trad. J. Guinsburg & M. Schnaiderman. São Paulo, Perspectiva, 1972, 132 p. (Debates 50).
- CASSIRER, Ernst. Le langage et la construction du monde des objets, in —: *Essais sur le langage*. Paris, Minuit, 1969, p. 37-68 (Le sens commun).
- CHOMSKY, Noam. *Aspectos da teoria da sintaxe* [Aspects of the theory of syntax], trad., introd., notas e apêndices de José A. Meireles & Eduardo Paiva Raposo. Coimbra, Aménio Amado, 1975, 372 p. il.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e pensamento* [Language and mind], trad. Francisco M. Guimarães, 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1973, 128 p.
- CHOMSKY, Noam. *Linguística cartesiana. Um capítulo da história do pensamento racionalista* [Cartesian linguistics. A chapter in the history of rationalist thought], trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes/USP, 1972, 120 p.
- COMBLIM, Joseph. *A ideologia da segurança nacional. O problema militar na América Latina*. Rio, Civilização Brasileira, 1978, 254 p.
- COMTE, Augusto. Linguagem, in Evaristo de Moraes Filho (org. e trad.), *Augusto comte: sociologia*. São Paulo, Ática, 1978, p. 130-133 (Grandes cientistas sociais 7).
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1798). A língua dos cálculos [Le langage des calculs], trad. Carlos A. Moura, in Condillac et alii, *Textos escolhidos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 135-158 (Os Pensadores).
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1780). Lógica ou os primeiros desenvolvimentos da arte de pensar [Logique], trad. Nelson Aguiar, in Condillac et alii, *Textos escolhi-*

- dos, 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 61-134 (Os Pensadores).
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (17..). Resumo selecionado do Tratado das sensações [Extrait raisonné du Traité des sensations], trad. Carlos A. Moura, in Condillac et alii, *Textos escolhidos*, 2ª ed., Abril Cultural, 1979, p. 43-59 (Os Pensadores).
- CONDILLAC, Étienne Bonnot de (1740). Tratado dos sistemas [Traité des systèmes], trad. Luiz Monzani, in Condillac et alii, *Textos escolhidos*, 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 1-42 (Os Pensadores).
- CORBUSIER, Roland. *Enciclopédia filosófica*. Petrópolis, Vozes, 1974, 204 p.
- COSERIU, Eugenio. Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje, in —: *Teoría del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. 3ª ed. revista e corrigida. Madri, Gredos, 1973, p. 115-234.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronía, diacronía e historia; el problema del cambio lingüístico*. Montevidéo, Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1958, 162 p.
- COSERIU, Eugenio. Sistema, norma y habla, in —: *Teoría del lenguaje y lingüística general: cinco estudios*. 3ª ed. revista e corrigida. Madri, Gredos, 1973, p. 11-113.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio, Paz e Terra, 1972, 226 p. (Rumos da cultura moderna, 48).
- CURTIUS, Ernest Robert. Etimologia como forma de pensar, in *Literatura européia e idade média latina* [Europäische Literatur und Lateinisches Mittelalter], trad. Teodoro Cabral & Paulo Rónai, 2ª ed., Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 531-538.
- DESCARTES, René. *Discurso do método / Meditações / Objeções e respostas / As paixões da alma / Cartas*. 2ª ed, São Paulo, Abril Cultural, 1979, 324 p. (Os pensadores).

- DIEGUES JR., Manuel. *Etnias e culturas do Brasil*, 5.,a ed., Rio, Civilização Brasileira/INL, 1976, 208 p.
- DUCROT, Oswald & Todorov, TZVETAN. *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje* [Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage], trad. Enrique Pezzoni. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1974, 322 p.
- ECO, Umberto (1971). *As formas do conteúdo* [Le forme del contenuto], trad. Pérola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva/USP, 1974, p. 15-17 (Estudos 25).
- ECO, Umberto (1968). *A estrutura ausente*. Introdução á pesquisa semiológica [La struttura assente], trad. Pérola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva/USP, 1971. (Col. Estudos 6)
- ECO, Umberto (1962). Do modo de formar corro compromisso para com a realidade, in —: *Obra aberta*. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas [Opera aperta], trad. Pérola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 227-277 (Debates 4).
- ECO, Umberto (1973). *O signo* [Segno]; trad. M<sup>a</sup> de Fátima Marinho. Lisboa, Presença, 1977.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados* [Apocalittici e integrati], trad. Rodolfo Ilari & Carlos Vogt. São Paulo, Perspectiva, s. d. (Col. Debates 19)
- ECO, Umberto (1976): *Tratado geral de semiótica* [Trattato di semiotica generale]; trad. Antonio de Pádua Danesi e Valéria O. de Souza. São Paulo, Perspectiva, 1980, 282 p. (Col. Estudos, 73).
- ELIOT, T. S. A função social da poesia, in —: *A essência da poesia* [One poet and one poetry], trad. Maria Luiza Nogueira. Rio, Artenova, 1972, p. 28-42.
- ENGELMAN, Arno. Métodos lingüísticos na investigação de estados subjetivos. *Almanaque: cadernos de literatura e ensaio*. São Paulo, Brasiliense, n<sup>o</sup> 5, 1977, p. 93-95.
- ENGELS, Friedrich (1893): As tarefas da crítica marxista. Carta a Franz Mehrin. In MARX & ENGELS: *Sobre a*

- literatura e a arte*; trad. e seleção de Albano Lima. Lisboa, Estampa, 1971.
- ENGELS, Friedrich. Prefácio ao livro segundo de *O Capital*, in MARX, *O Capital*. Livro II: O processo de circulação do capital [Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie. buch II], trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio, Civilização Brasileira, 1970, p. 1-19.
- FEVRE, Lucien. A aparelhagem mental (1. Palavras que faltam), in Carlos Guilherme Mota, *Lucien Febvre: história*. São Paulo, Ática, 1978, p. 55-58 (Grandes cientistas sociais, 2).
- FERGUNSON, Charles A. Diglossia [Diglossia], trad. Maria da Glória R. Silva, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves *Sociolinguística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 99-118.
- FISCHER, John L. Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas [Social influences on the choice of a linguistic variant], trad. Elba Souto, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves, *Sociolinguística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 87-98.
- FISHMAN, Joshua A. A sociologia da linguagem [The sociology of language], trad. Álvaro Cabral, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves, *Sociolinguística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 25-40.
- FONSECA, Fernanda I. & FONSECA, Joaquim. A competência comunicativa, in —: Pragmática lingüística e ensino do português. Coimbra, Almedina, 1977, p. 51-92.
- FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico [On the history of the psychoanalytic movement], trad. Themira de Oliveira Brito & Paulo Henriques Brito, in Freud, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 37-84.
- FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanálise [Five lectures on psychoanalysis], trad. Durval Marcondes & J. Barbosa Correa, revista e modificada por Jayme Salomão, in Freud, *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, p. 1-36.

- FREUD, Sigmund. El delírio y los sueños en 'La Gradiva' de W. Jansen, in *Obras completas*, trad. Luis Lopez-Ballesteros y Torres, 3ª ed., Madri, Biblioteca Nueva, s. d., Tomo II, p. 1285-1336.
- FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura, in *Obras completas*, trad. Luis Lopez-Ballesteros y Torres, 3ª ed., Madrid, Biblioteca Nueva, s. d., tomo m, p. 3017-3967.
- FREUD, Sigmund. El poeta y los sueños diurnos, in —: *Obras completas*, trad. Luis Lopez-Ballesteros y Torres, 3ª ed., Madrid, Biblioteca Nueva, s. d., Tomo II, p. 1343-1348.
- FREUD, Sigmund (1895): *Projeto para uma psicologia científica* [Entwurf einer Psychologie / Project for a scientific psychology]; trad. José Luis Meurer. *Edição Standard Brasileira*, Vol. I. Rio de Janeiro, Imago, 1977, p. 379-517.
- GARVIM, Paul L. & MATHJOT, Madeleine. A urbanização da língua guarani: um problema em linguagem e cultura [The urbanization of the guarani language], trad. Luiza Lobo, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves, *Sociolingüística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 119-130.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história* [Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce], trad. Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Rio, Civilização Brasileira, 1978, 342 p. (Perspectivas do homem 12).
- GUERREIRO, Mário. Signo sonoro & signo musical: um esboço de psicologia fenomenológica. *Ciências Humanas*. Rio, Universidade Gama Filho, v. I, n.º 2, 1977, p. 45-57.
- HALL JR., R. A. Pidgins and creoles as standard languages, in J. B. Pride & Janet Holmes, *Sociolinguistics. Selected readings*. Penguin Education, 1974, p. 142-153.
- HAYES, Curtius W. Lingüística e literatura: prosa e poesia, in Archibald A. Hill, *Aspectos da linguística moderna* [Linguistics], trad. Aldair Palácio et alii. São Paulo, Cultrix, 1972, p. 176-191.



- HERÁCLITO DE ÉFESO. Fragmentos, doxografia e comentários, in Tales de Mileto et alii, *Os pré-socráticos*, seleção de J. Cavalcante de Souza, trad. J. C. de Souza et alii, 2ª ed. São Paulo, Abril, 1978, p. 73-136 (Os pensadores).
- HJELMSLEV, Louis. *El lenguaje* [Sproget], trad. Maria Victòria Catalina. Madri, Gredos, 1971, 191 p. (Biblioteca románica hispânica, 19).
- HJELMSLEV, Louis. La forme du contenu du langage comme facteur social [Sprugets indholdsform som samfundsfaktor], trad. Jean-François Brunaud, in Hjelmslev, *Essais linguistiques*. Paris, Minuit, 1971b, p. 97-104 (Arguments, 47).
- HJELMSLEV, Louis. *Princípios de gramática general* [Principes de grammaire générale], versão espanhola de Félix Torre. Madri, Gredos, 1976, 400 p. (Biblioteca románica hispânica 251).
- HJELMSLEV, Louis (1943). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* [Prolegommfia theory of language], trad. da ed. inglesa J. C. Neto. São Paulo, Perspectiva, 1975, 150 p. (Estudos 43).
- HJELMSLEV, Louis. *Sistema lingüístico y cambio lingüístico*, seleção e versão espanhola de B. Pallares Arias. Madrid, Gredos, 1976, 260 p. (Biblioteca románica hispânica, 249).
- JACQUART, Emmanuel. Ionesco: ideologia como linguagem (entrevista com Eugène Ionesco). *Jornal de cultura*, n. 21, Salvador, *Diário de Notícias*, 02 fev. 1975, p. 7.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*, sel. e trad. Izidoro Blikstein; José Paulo Paes, 5ª ed., São Paulo, Cultrix, 1971.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística. Poética. Cinema*. (Roman Jakobson no Brasil), Org. Haroldo de Campos & Boris Schnaiderman, trad. Francisco Acher et alii. São Paulo, Perspectiva, 1970, 210 p. (Debates 22).

- JAKOBSON, Roman. O que fazem os poetas com as palavras. *Jornal de Cultura*, n. 14. Salvador, *Diário de Notícias*, 14 jun. 1974, p. 8.
- JAKOBSON, Roman. *Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências* [Linguistics in relation to other sciences], trad. Maria Fernanda Nascimento. Lisboa, Bertrand, 1974b.
- JAKOBSON, Roman. *Six leçons sur le son et le sens*. Préface de Claude Lévi-Strauss. Paris, Minuit, 1976, 128 p.
- JAKOBSON, Roman & TYNIAOV, Júri: Os problemas dos estudos literários e lingüísticos. In EIKHENBAUM et alii: *Teoria da literatura: formalistas russos*; organização, apresentação e apêndice de Dionísio Toledo, trad. Ana Mariza Ribeiro et alii. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 95-98.
- JUNG, Carl Gustav. *Tipos psicológicos* [Psychologische Typen], trad. Álvaro Cabral, 2ª ed., Rio, Zahar, 1974, 568 p.
- KRISTEVA, Julia. *História da linguagem* [Le langage, cet inconnu], trad. M. Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70, 1974. 458 p. (Signos, 6).
- KRISTEVA, Julia. Ideologia do discurso sobre a literatura, in Barthes et alii, *Masculino, feminino, neutro*, org. e trad. Tânia Carvalhal et alii. Porto Alegre, Globo, 1976, p. 129-138.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise* [Recherches pour une sémanalyse]; trad. Lúcia Ferraz. São Paulo, Perspectiva, 1974, 200 p. (Col. Debates, 84).
- LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard [Stages in the acquisition of standard English], trad. Luiza Lobo, in Maria Stella Fonseca & Moema F. Neves, *Sociolingüística*. Rio, Eldorado, s. d., p. 49-85.
- LACAN, Jacques. *Écrits*. Paris, Seuil, 1966, 928 p. (Le champ freudien).

- LACAN, Jacques. *Escritos* [Écrits]; trad. Inês Oseki-Derpé. São Paulo, Perspectiva, 1978, 348 p. (Col. Debates, 132).
- LACAN, Jacques. Le Mythe individuel du névrosé ou poésie et vérité dans la névrose. *Omicar*, 17-18, Seuil, 1978, p. 290-307.
- LACAN, Jacques (1954). *O seminário*. Livro I: Os escritos técnicos de Freud [Le séminaire de Jacques Lacan. Livre I: Les écrits techniques de Freud]; trad. Betty Milan. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- LAKOFF, George & ROSS, John Robert. *Is deep structure necessary?* Indiana, Linguistics Club, Indiana University, 1968, 4 p. (Texto policopiado.)
- LAMB, Sydney M. Lexologia e semântica, in Archibald A. Hill, *Aspectos da lingüística moderna* [Linguistics], trad. Adair Palácio et alii. São Paulo, Cultrix, 1972, p. 42-52.
- LAMOUNWR, Bolivar. Ideologia. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo, Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1976, p. 5950-5954.
- LANGAKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura. Alguns conceitos lingüísticos fundamentais* [Language and its structure], trad. Gilda Maria Azevedo. Petròpolis, Vozes, 1972, 264 p.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise* [Vocabulaire de la psychanalyse], trad. Pedro Tamen, 3ª ed., Lisboa, Moraes, 1976, 707 p. 252.
- LEFEBBRE, Henri. Lógica e ideologia, in —: *Lógica formal lógica dialética* [Logique formelle Logique dialectique], trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio, Civilização Brasileira, 1975, p. 27-29.
- LÊNIN, Nikolai. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (sem tradutor). São Paulo, Global, 1978, 80 p. (Teoria/ Bases 9).
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Contra o oportunismo e o dogmatismo da esquerda* [La maladie infantile du communisme], trad. Carlos Rizzi, in Florestan

- Fernandes, *Lênin: política*. São Paulo, Ática, 1978, p. 53-64 (Grandes cientistas sociais 5).
- LEROY, Maurice. *As grandes correntes da lingüística moderna* [Les grands courants de la linguistique moderne], trad. Izidoro Blikstein & José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1971, 196 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural* [Antropologie structurale], trad. Chaim Katz & Eginardo Pires. Rio, Tempo Brasileiro, 1970, 440 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Aula inaugural [Leçon inaugurale]; trad. M<sup>a</sup> Nazaré Soares. In COSTA LIMA (Org.): *O estruturalismo de Lévi-Strauss*. 2<sup>a</sup> ed., Petrópolis, Vozes, 1970b, p. 45-77.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem* [La pensée sauvage], trad. Celeste Souza & Almir Aguiar. São Paulo, Nacional, 1976, 334 p.
- LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo, Brasiliense, 1967, 275 p.
- LOCKE, John (1690). *Ensaio acerca do entendimento humano* [An essay concerning human understanding], trad. Anaor Aiex. São Paulo, Abril Cultural, 1978, 350 p. (Os pensadores).
- LORENZON, Alino. A comunicação humana. *Ciências Humanas*. Revista da Universidade Gama Filho, Rio, v. I, n. 2, 1977, p. 31-36.
- LYRA, Kate. Kate Lyra, por ela mesma. *Status*. São Paulo, n. 51, 1978, p. 84-98.
- MALINOVSKI, Brolislaw. O problema do significado em linguagens primitivas, in Ogden & Richards, *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo* [The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism], trad. Álvaro Cabral. Rio, Zahar, 1972, p. 295-330.

- MANNREIM, Karl. *Ideologia e utopia* [Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge], trad. Sérgio Santeiro (da edição inglesa, incluindo o ensaio A sociologia do conhecimento, publicado no *Handwörterbuch der Soziologie* de A. Vierkanndt). Rio, Zahar, 1976, 330 p.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe / Escritos políticos filosóficos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979, 237 p. (Os pensadores)
- MARCELLESI, Jean-Baptiste & GARDIN, Bernard. *Introdução à sociolinguística. A linguística social* [Introduction á la sociolinguistique], trad. Maria de Lourdes Saraiva. Lisboa, Aster, 1975, 308 p.
- MARSHALL, J. C. Biologia da comunicação no homem e nos animais, in John Lyons, *Novos horizontes em Linguística* [New horizons in linguistics], trad. Geraldo Cintra et alii. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 219-231.
- MARTINET, André. *Elementos de linguística geral* [Éléments de linguistique générale], trad. Jorge Morais-Barbosa, 5ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1973, 224 p.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Flama, 1946, 168 p.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*, seleção de J. Arthur Giannotti, trad. José C. Bruni et alii, 2ª ed.. São Paulo. Abril Cultural, 1978. 410 p. (Os pensadores).
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Rio de Janeiro, Leitura, 1965.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, 577 p.
- MARX, Karl. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1979, 216 p.
- MARX, Karl. Teses contra Feuerbach, in --: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*, seleção de J. Arthur Giannotti, trad. José C. Bruni et alii, 2ª ed.. São Paulo. Abril Cultural, 1978, p. 49-54 (Os pensadores).

- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach, in –: *Trechos escolhidos sobre filosofia*, seleção de P. Nizan, trad. Inácio Rangel. Rio, Calvino, 1946, p. 60-63.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1845a) *A ideologia alemã I* [Die Deutsche Ideologie], trad. Conceição Jardim & Eduardo Nogueira. Lisboa. Presença, s. d., 316 p. (Síntese 16).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1845b) *A ideologia alemã II* [Die Deutsche Ideologie], trad. Conceição Jardim & Eduardo Nogueira. Lisboa, Presença, s. d., 464 p. (Síntese 21).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista* [Communist Manifesto. Socialist Landmark], trad. Regina Moraes (da edição feita pelo Partido Trabalhista Britânico), in Harold Laski, *O manifesto comunista de Marx e Engels*, 2ª ed., Rio, Zahar, 1978, p. 93-124.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sobre a literatura e a arte*, textos escolhidos, trad. Albano Lima. Lisboa, Estampa, 1971, 296 p. (Teoria 7).
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe / Escritos políticos*; trad. Lívio Xavier. São Paulo, Abril Cultural, 1979, 237 p.
- MAUSS, Marcel. A alma, o nome e a pessoa, in Roberto Cardoso de Oliveira (org.), *Mauss: antropologia*, trad. Regina Morel. São Paulo, Ática, 1979, p. 177-180 (Grandes cientistas sociais, 11).
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem* [Understanding media: the extensions of man], trad. Décio Pignatari, 4ª ed., São Paulo, Cultrix, 1974, 408 p.
- MCLUHAN, Marshall & PARKER, Harley: *O espaço na poesia e na pintura através do ponto de fuga* [Thought the vanishing point]; trad. Edson Bini et alii. São Paulo, Hemus, 1975.
- MEIRELES, José Antônio & RAPOSO, Eduardo Paiva. Introdução a alguns conceitos da gramática generativa e

- transformacional, in Chomsky, *Aspectos da teoria da sintaxe* [Aspects of the theory of syntax], trad., introd., notas e apêndices de José A. Meireles & Eduardo P. Raposo. Coimbra, Aménio Amado, 1975, p. 9-77.
- MERQUIOR, José Guilherme. O estruturalismo dos pobres, in *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio, Tempo Brasileiro, 1975, p. 7-14 (Diagrama 2).
- MERQUIOR, José Guilherme. O idealismo do significante: a Gramatologia de Jacques Derrida, in —: *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio, Tempo Brasileiro, 1975, p. 60-77 (Diagrama 2).
- MERQUIOR, José Guilherme. Sobre alguns problemas da crítica estrutural, in —: *A astúcia da mímese. Ensaios sobre lírica*. Rio, José Olympio, 1972, p. 211-219.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Saudades do carnaval. Introdução á crise da cultura*. Rio, Forense, 1972, 283 p.
- MERQUIOR, José Guilherme. Raízes ideológicas do pessimismo frankfurtiano, in —: *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio, Tempo Brasileiro, 1979, p. 149-158 (Tempo universitário, 15).
- MERQUIOR, José Guilherme. *Razão do poema: ensaios de crítica literária e estética*. Rio, Civilização Brasileira, 1965, 180 p.
- MIAZZI, Maria Luíza Fernandez. *Introdução à lingüística românica. Histórico e métodos*. São Paulo, Cultrix, 1972, 124 p.
- MORA, José Ferrater. Ideologia, in —: *Diccionario de filosofia*. Buenos Aires, Sudamericana, 1975, p. 906-907.
- MOTA, Octanry Silveira da & HEGENBERG, Leonidas. Peirce e Pragmatismo, in Peirce, *Semiótica e filosofia* [Collected papers of Charles Sanders Peirce], seleção e trad. O. S. Mota & L. Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1972, p. 17-22.
- NARO, Anthony Julius. *Estudos diacrônicos*; trad. Lais Campos & Kátia Santos. Petrópolis, Vozes, 1973, 168 p.

- OGDENDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. (1923). *O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo* [The meaning of meaning: a study of the influence of language upon thought and of the science of symbolism], trad. Álvaro Cabral. Rio, Zahar, 1972, 350 p.
- OLIVEIRA NETTO, Luís Camilo de. *História, cultura & liberdade. Páginas recolhidas*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa, introdução de Carlos Drummond de Andrade, Barreto Filho & João Camilo de Oliveira Torres. Rio, José Olympio, 1975. 256 p.
- OUBEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976, 120 p.
- PEIRCE, Charles Sanders (1935). *Semiótica e filosofia* [Collected papers of Charles Sanders Peirce]; introd., seleção e trad. de Octanny Silveira da Mota & Leonidas Hegenberg. São Paulo, Cultrix, 1972, 164 p.
- PERINI, Mário Alberto. *A gramática gerativa. Introdução ao estudo da sintaxe portuguesa*. Belo Horizonte, Vigília, 1976, 254 p.
- PERRONE-MOISÉS, Leila. Crítica e ideologia, in —: *Texto, crítica, escritura*. São Paulo, Ática, 1978, p. 22-28.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*, org., introd. e notas de Maria Aliete Galhoz. Rio, Aguilar, 1972, 788 p.
- PESSOA, Fernando. *Obras em prosa*, org. introd. e notas de Cleonice Berardinelli. Rio, Nova Aguilar, 1976, 734 p.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. comunicação*. 6ª ed., São Paulo, Perspectiva, 1973, 148 p. il.
- PIMENTEL, Osmar. Língua, literatura e trópico, in Gilberto Freire, org., *Trópico & ...* Trabalhos apresentados e debates travados no Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, no decorrer do ano de 1968, sob a direção de Gilberto Freire. Recife, Universitária/Universidade Federal de Pernambuco, 1974, p. 37-113.



- PLATÃO (399 a. C.). *Apologia de Sócrates*, trad. M<sup>a</sup> Lacerda de Moura, introd. Alceu Amoroso Lima. Rio, Tecnoprint, 1970 (Clássicos de Ouro).
- PLATÃO (380 a. C.). *A república*, trad. Leonel Vellandro. Globo, Porto Alegre, 1964, 318 p. il. (Biblioteca dos séculos, 56).
- PLATÃO (370 a. C.). *Crátilo*, o de la exactitud de las palabras. *Obras completas*, trad. do grego, preâmbulos e notas por Maria Araújo et alii. Madrid, Aguilar, 1966, p. 503-560.
- PORTELLA, Eduardo. A ideologia esquiva no dinamismo do entre-texto, in —: *Fundamento da investigação literária*. Rio, Tempo Brasileiro, 1974, p. 115-135 (Tempo universitário, 33).
- PORTELLA, Eduardo. *Teoria da comunicação literária*. 2<sup>a</sup> ed., Rio, Tempo Brasileiro, 1973, 176 p.
- PRÉ-SOCRÁTICOS (Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Protágoras, Xenófanes, Heráclito, Parmênides, Zenão, Melisso, Empédocles, Filolau, Arquitas, Anaxágoras, Leucipo, Demócrito). *Fragmentos, Doxografia e comentários*. São Paulo, Abril Cultural, 1978, 365 p. (Os pensadores).
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: os níveis da fala. Um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 3<sup>a</sup> ed., São Paulo, Nacional, 1977, 192 p.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *Correspondence*, vol. I, Paris, Librairie Internationale, 1875.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Classes sociais no Brasil: 1950-1960. *Ciência e Cultura*. São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 27, n. 7, 1975, p. 735-756.
- REICH, Wilhelm. *Materialismo dialético e psicanálise* [Verlag für Sexual Politik], trad. Joaquim José Ramos. Lisboa, Presença, 1977, 172 p. (Biblioteca de ciências humanas, 2).

- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio, Civilização Brasileira, 1970, 496 p.
- RIBEIRO, João. *O folclore*. Rio, Organização Simões, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, MEC, 1969.
- RODRIGUES, Ada Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974, 324 p. (Ensaio, 5).
- RONA, José Pedro. La concepción estructural de la sociolingüística, in Paul Garvin & Yolanda Lastra Suárez, *Antología de estudios de etnolingüística y sociolingüística*. México, Universidad Nacional Autónoma, Instituto de Investigaciones Antropológicas, 1974, p. 203-216.
- ROSA, João Guimarães. Literatura deve ser vida. Um diálogo de Gunter Lorenz com João Guimarães Rosa. *Exposição do Novo Livro Alemão no Brasil*. Frankfurt am Main, 1971, p. 267-312.
- ROSA, João Guimarães. Uns índios (sua fala), in -: *Ave, palavra*. Rio, José Olympio, 1970, p. 88-90.
- ROSSI, Nelson. Prefácio, in Ada Natal Rodrigues, *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo, Ática, 1974, p. 11-15 (Ensaio, 5).
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1762). *Do contrato social; ou princípios do direito político* [Du contrat social ou principes du droit politique], trad. Lourdes Machado. Rousseau, *Obras políticas*. Porto Alegre, Globo, 1962, v. II, p. 1-165.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques (1759). *Ensaio sobre a origem das línguas; onde se fala da melodia e da interpretação musical* [Essai sur l'origine des langues où il est parlé de la mélodie et de l'imitation musicale], trad. Lourdes Machado. Rousseau, *Obras políticas*. Porto Alegre, Globo, 1962, v. II, p. 417-479.
- RUSSELL, Bertrand. *A filosofia antiga. História da filosofia ocidental* [History of the Western Philosophy], trad. Brenno Silveira. São Paulo, Nacional, Vol. I, 1977a.

- RUSSELL, Bertrand. *A filosofia católica. História da filosofia ocidental* [History of the Western philosophy], trad. Brenno Silveira. São Paulo, Nacional, Vol. II, 1977b.
- RUSSELL, Bertrand. *A filosofia moderna. História da filosofia ocidental* [History of the Western philosophy], trad. Brenno Silveira. São Paulo, Nacional, Vol. III, 1977c.
- RUSSELL, Bertrand. *Nosso conhecimento do mundo exterior: estabelecimento de um campo para estudos sobre o método científico em filosofia* [Our knowledge of the external world: as a field for scientific method in philosophy], trad. R. Haddock Lobo. São Paulo, Nacional, 1966.
- SANTOS, Theobaldo Miranda. *Manual de filosofia*. 13ª ed., São Paulo, Nacional, 1964, 524 p.
- SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala* [Language: an introduction to the study of speech], trad. Mattoso Câmara Jr. Rio, Instituto Nacional do Livro, 1954, 232 p.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1916). *Curso de lingüística geral* [Cours de linguistique generale]; trad. Antonio Chelini et alii. 4ª ed. São Paulo, Cultrix, 1972, 280 p.
- SCHAFF, Adam. A definição funcional de ideologia e o problema do 'fim do século da ideologia'. *Documentos*, São Paulo, n. 2, 1968, p. 7-23.
- SCHAFF, Adam. A gramática generativa e a concepção das idéias inatas, in Schaff et alii, *Lingüística, sociedade e política*, org. e trad. Ana Maria Brito & Gabriela Matos. Lisboa, Edições 70, 1975, p. 9-43 (Signos, 70).
- SCHAFF, Adam (1971). *História e verdade* [Histoire et vérité], trad. Maria Paula Duarte. São Paulo, Martins Fontes, 1978, 317 p.
- SCHAFF, Adam. La objetividad del conocimiento a la luz de la sociología del conocimiento y del análisis del lenguaje, in Eliséo Veròn (Seleção dirigida por), *El proceso ideológico*, 3ª ed., Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1976, p. 47-79.

- SCHAFF, Adam (1964). *Linguagem e conhecimento* [Język a poznanie], trad. Manuel Reis (com base no texto francês estabelecido por Claire Brendel). Coimbra, Almedina, 1974, 304 p.
- SEIXAS, Cid (1978). A linguagem dos sentidos na poética musical de Strawinsky. *Ciências Humanas*. Revista da Universidade Gama Filho, Vol. II, n° 5, Rio de Janeiro, 1978, p. 26-31.
- SEIXAS, Cid (1978b). A falência do estruturalismo ou a remissão dos pecados do objeto. *Minas Gerais Suplemento Literário*. Belo Horizonte, n. 612, 1978, p. 6-7. (Republicação: *Veritas. Revista da Puc do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Vol. XXV, n. 98, jun. 1980, p. 194-200.)
- SEIXAS, Cid (1979). A ideologia da linguagem como criação literária. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio, Civilização Brasileira, n. 9, 1979, p. 153-160.
- SEIXAS, Cid (1978c). A ideologia do signo da ficção de Herculano. Pressupostos teóricos de um projeto de pesquisa. In VI ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS DE LITERATURA PORTUGUESA. Assis, UNESP, ago. 1978. Comunicação. 10p. (Publicada nos anais do encontro: *Conferências e comunicações*. Assis, UNESP, 1980, p. 261-265.)
- SEIXAS, Cid (1978d). A linguagem dos sentidos na poética musical de Strawinsky. *Ciências Humanas*. Rio, Universidade Gama Filho, Vol. II, n° 5, 1978, p. 26-31.
- SEIXAS, Cid (1979b). *A standardização da fala no teatro como reflexo da ideologia dominante: o problema no Nordeste*. Comunicação ao SEMINÁRIO DE DRAMATURGIA DO NORDESTE. Salvador, Teatro Castro Alves, 1979, 8 p.
- SEIXAS, Cid (1977). A subjetividade como elemento formativo. da linguagem poética. *Minas Gerais Suplemento Literário*. Belo Horizonte, n. 582, 1977, p. 6-7.
- SEIXAS, Cid (1974). Jenner e a linguagem universal da pintura. *A Tarde*. Salvador, 6 jun. 1974, p. 4.

- SEIXAS, Cid (1978e). Manifesto á aldeia marginal, in: *O signo selvagem*. Salvador, Margem, 1978. (2ª ed., in: *Fonte das pedras*, Rio, Civilização Brasileira, 1979, p. 133-137.
- SEIXAS, Cid (1981). *O espelho de Narciso*. Livro I: *Linguagem, Cultura e ideologia no idealismo e no marxismo*. Apresentação de Antonio Houaiss. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira / Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1981.
- SEIXAS, Cid (1983). *O lugar da linguagem na teoria freudiana*. Salvador, Casa de Palavras, Fundação Casa de Jorge Amado, 1997.
- SEIXAS, Cid (1977b). *O significando: superação da dicotomia do signo lingüístico na semiótica poética*. Comunicação ao XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA ROMÂNICAS. Rio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977, 15 p.
- SEIXAS, Cid (1974). Poética, uma subversão lingüística, segundo Jakobson. *Jornal de Cultura*, n. 11. Salvador, Diário de Notícias, 7 abr. 74, p. 5.
- SILVA, Myrian Barbosa da & SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Um traço do português kamaiurá: um momento no processo de aquisição do português*. Comunicação à X REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1975, 12 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. 2ª ed. Rio, Civilização Brasileira, 1972. 196 p.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética* [Qu'est-ce que le structuralisme? – Poétique], trad. José Paulo Paes & Frederico Pessoa de Barros, 4ª ed. rev. e ampliada. São Paulo, Cultrix, 1976, 132 p.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo (1265). *Compêndio de teologia* (Capítulos I a XXXVI e LXXVI a C) [Compendium theologiae]; trad. Luís J. Baraúna, in To-

- más de Aquino et alii: *Seleção de textos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 69-101 (Os Pensadores).
- TOMÁS DE AQUINO, Santo (1273). Textos da suma teológica [Summa theologica]; trad. Alexandre Correia, in Tomás de Aquino et alii: *Seleção de textos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 103-146 (Os Pensadores).
- TOMÁS DE AQUINO, Santo (1273). Dos nomes divinos (Questão XIII da *Suma Teológica*) [Summa Theologica], trad. Alexandre Correia, in Tomás de Aquino et alii: *Seleção de textos*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 105-123.
- TRINDADE, Liana S. Analogia entre linguagem e sociedade: sobre a origem e desenvolvimento da linguagem, in —: *As raízes ideológicas das teorias sociais*. São Paulo. Ática, 1978, p. 106-109 (Ensaio, 40).
- TROTSKY, Leon. A escola poética formalista e o marxismo, in Eikenbaum et alii, *Teoria da literatura. Formalistas russos*. Org. Dionísio de O. Toledo, trad. Ana Mariza Ribeiro et alii. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 71-85.
- TYNIANOV, Juri & JAKOBSON, Roman. Os problemas dos estudos literários e lingüísticos, in Eikenbaum et alii, *Teoria da literatura. Formalistas russos*. Org. Dionísio de O. Toledo, trad. Ana Mariza Ribeiro et alii. Porto Alegre, Globo, 1971, p. 95-97.
- VANDERSEN, Paulino. Tarefas da sociolingüística no Brasil. *Revista de cultura vozes. Panorama da sociolingüística*. Petrópolis, Vozes, n. 8, 1973, p. 5-11.
- VELHO, Gilberto & CASTRO, E. B. Viveiros de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato*. Rio, Conselho Estadual de Cultura, n. 1, 1978, p. 4-9.
- VERÒN, Eliséo (Sel. Org.), *El proceso ideológico*, 3ª ed., Buenos Aires, Tiempo Contemporâneo, 1976.

- VICO, Giambattista (1725). *Princípios de uma ciência nova* [Principi di azienza nuova]; trad. Antonio Prado. São Paulo, Abril Cultural, 1979, 186 p. (Os Pensadores).
- VILLAS BOAS, Orlando & VILLAS BOAS, Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. 3ª ed., Rio, Zahar, 1974.
- VOGT, Carlos. *Linguagem e poder*. Campinas, edição fotocopiada, 1977. 19 p.
- WARTBURG, Walther von & ULLMANN, Stephen. *Problemas e métodos da lingüística* [Problèmes et méthodes de la linguistique], trad. Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo, Difel, 1975, 230 p.
- WHITNEY, William Dwight (1867). *Language and the Study of Language*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1971. (Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney, ed. Michael Silverstein)
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1918): *Investigações filosóficas* [Philosophische Untersuchungen], trad. José Carlos Broni. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, 228 p. (Os Pensadores).
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1945). *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo, Nacional. 1968, 152 p.
- WOLF, Benjamin Lee. *Language, thought and reality*; selected writings. Cambridge, Press of Massachusetts Institute of Technology, 1956, 306 p.

## O QUE É A **e-book.br**

A Editora Universitária do Livro Digital, identificada como **e-book.br**, é um projeto editorial do CEDAP, compartilhado por instituições de ensino e pesquisa voltadas para o trabalho de difusão do livro. Conta atualmente com a participação da UEFS, com vistas ao apoio da Biblioteca Nacional.

Os trabalhos publicados pela Editora Universitária do Livro Digital são de acesso gratuito aos leitores.

Propõe-se a funcionar de modo integrado, com núcleos independentes, ou **unidades editoriais**, em instituições de ensino e pesquisa. Na qualidade de universidade à qual está ligado o proponente da iniciativa, a UEFS sedia a **e-book.br**, em cujo *campus* funciona a Coordenação do projeto.

Caberá a cada Unidade Editorial criar suas próprias Coleções de Livros que, embora com linhas editoriais e *designs* gráficos independentes, deverão utilizar a marca da **Editora Universitária do Livro Digital | e-book.br**.

Os livros eletrônicos da **e-book.br** também podem ser impressos em tiragens destinadas a divulgação, leitura em bibliotecas e outras formas de distribuição.





Mais conhecido pelos seus livros e artigos de e sobre Literatura, Cid Seixas dedicou-se, nos anos setenta, aos estudos linguísticos como forma de compreender a base ou a ossatura do texto literário. É desse período o seu estudo considerado inovador, por alguns estudiosos do porte do filólogo Antonio Houaiss.

Professor Titular aposentado da Universidade Federal da Bahia e Professor Adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana, atuou nos projetos de criação do Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural, bem como da UEFS Editora.

Jornalista e escritor, antes de se tornar professor universitário, atuou na imprensa como repórter, *copy desk* e editor, trabalhando em rádio, jornal e televisão. Fundou e dirigiu um dos mais qualificados suplementos literários dos anos 70, o *Jornal de Cultura*, publicado pelo *Diário de Notícias*.

# O CONTRATO SOCIAL DA LINGUAGEM

LINGUAGEM, CULTURA E IDEOLOGIA  
Livro IV

- 1 | A essência ideológica da linguagem
- 2 | Linguagem e conhecimento
- 3 | Sob o signo do estruturalismo
- 4 | O contrato social da linguagem
- 5 | A linguagem no idealismo e no marxismo

A pesquisa de Cid Seixas, empreendida, no fim dos anos 70, sobre a linguagem, numa perspectiva da cultura e da ideologia, contrariando os estudos imanentes do estruturalismo, antecipou importantes questões hoje em debate. É o que testemunha esta série de cinco volumes sobre o tema.

[www.e-book.uefs.br](http://www.e-book.uefs.br)

[www.linguagens.ufba.br](http://www.linguagens.ufba.br)

<https://issuu.com/e-book.br/docs/linguagem4>

<https://issuu.com/cidseixas/docs/linguagem4>

**e-book.br**

EDITORA UNIVERSITÁRIA  
DO LIVRO DIGITAL